

Introdução

O Brasil passou por grandes transformações econômicas e sociais no século XX, deixando de ser uma sociedade predominantemente rural e agrária, para se tornar uma sociedade urbana com predominância econômica da indústria e do setor de serviços. Como diria Héraclito de Éfeso, tudo flui; nada é permanente. Em rápidas linhas, seguem as principais mudanças das últimas décadas e que devem se aprofundar nos anos vindouros.

A população brasileira cresceu quase 20 vezes entre 1872 e 2010. Atingiu o máximo de crescimento nas décadas de 1950 e 1960, reduziu o ritmo a partir de 1970 e deve continuar crescendo lentamente até 2030, para, em seguida, fazer a transição para o decrescimento.

Os homens eram maioria da população brasileira até a década de 1930. A transição da razão de sexo ocorreu a partir de 1940, quando o sexo feminino tornou-se maioria e, progressivamente, tem aumentado o superávit de mulheres no país.

As mulheres foram as responsáveis pelas maiores mudanças. Elas vivem mais do que os homens, são maioria do eleitorado, possuem maior nível de escolaridade e já são maioria na População Economicamente Ativa - PEA com mais de 11 anos de estudo. Elas estão fazendo a transição da exclusão para o empoderamento.

A população urbana passou de 19 milhões, em 1950 para 161 milhões, em 2010 (de 36% para 84%). As regiões Norte e Centro-Oeste são as que mais crescem. A transição urbana foi acompanhada pela concentração da população nos municípios com mais de 100 mil habitantes, o crescimento das cidades médias e o interior aumentando a participação em relação às cidades litorâneas do país.

Existe também um processo de transição epidemiológica e de declínio das taxas de mortalidade e natalidade, sendo que a transição demográfica deve continuar até a inversão das duas curvas (TBN e TBM). Antes de 1970, o número médio de filhos por mulher estava acima de 6 e caiu para menos de 2 filhos. Isto quer dizer que a transição da fecundidade já chegou a níveis abaixo da reposição populacional.

O Brasil está saindo de uma estrutura etária jovem para uma estrutura adulta e caminha para uma estrutura etária envelhecida. A razão de dependência era alta entre os jovens e baixa entre os idosos, porém vai se inverter nas próximas décadas. A partir do final da década de 2030 o número de habitantes de 65 anos e mais será maior do que o de habitantes de 0 a 14 anos.

Cresce o número de domicílios com 5 ou mais cômodos e diminui o número médio de pessoas em cada moradia, ao mesmo tempo em que se reduz o tamanho das famílias e aumenta a diversidade dos arranjos familiares. O

¹ Doutor em Demografia e Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE. (jed_alves@yahoo.com.br).

² Doutora em Demografia e Professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE.

Apresentam seus pontos de vista em caráter pessoal. Artigo publicado no dia 25/08/2012 em Aparte Inclusão Social em Debate: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/>

Brasil tem conseguido reduzir as taxas de pobreza, desde 1994, possibilitado um processo de mobilidade social ascendente com o crescimento das parcelas classificadas como “classe média”.

A população branca caiu de 54% em 1980 para 48% em 2010, deixando de ser a maioria da população. No mesmo período, as pessoas que se declaram pardas (mestiças) passou de 39% para 43% e as pessoas que se declaram pretas passou de 6% para 7,6%. O Brasil caminha para uma maioria mestiça na população. O Brasil tinha, em 1974/75 mais pessoas com déficit de peso do que obesas. Mas em 2008/09 já havia cerca de 50% das pessoas com excesso de peso e cerca de 15% em situação de obesidade.

Em termos de filiações religiosas, os católicos sempre foram maioria da população brasileira. Em 1970, havia 92% de católicos e 5% de evangélicos, sendo que estes números passaram para 74% e 16% no ano 2000. Contudo, estima-se que os evangélicos já representem mais de 20% das filiações religiosas em 2010 e continuam crescendo, assim como as pessoas que se declaram sem religião, apontando para uma maior diversidade religiosa no país.

Todas estas transformações estão relacionadas de alguma forma, sendo que as mudanças na sociedade se refletiram em mudanças nas famílias e vice-versa. Este relatório está centrado nas mudanças ocorridas nos domicílios e nas famílias brasileiras.

O texto começa com uma caracterização da população brasileira desde o primeiro censo nacional em 1872 até o último censo demográfico de 2010 (mas não existem ainda dados divulgados para todas as variáveis). O entendimento das principais mudanças sociais e demográficas é fundamental para se ter um quadro das principais transformações e que vão afetar o futuro do país.

Em seguida apresenta os conceitos de domicílio e família, pois existe muita confusão sobre como trabalhar com estas variáveis. Os dados mostram que o tamanho dos domicílios está crescendo – assim como a quantidade de domicílios do país – mas o tamanho das famílias está diminuindo.

Outro tópico abordado é das famílias conviventes. Este conceito está sob revisão. Mas a questão das famílias conviventes é muito usada, por exemplo, para se calcular o déficit habitacional. Além disto, por meio do conceito de famílias conviventes (que é diferente do conceito utilizado e recomendado pela ONU) serve para avaliar a convivência de famílias não parentes e famílias com parentesco e de várias gerações morando juntas em um mesmo domicílio.

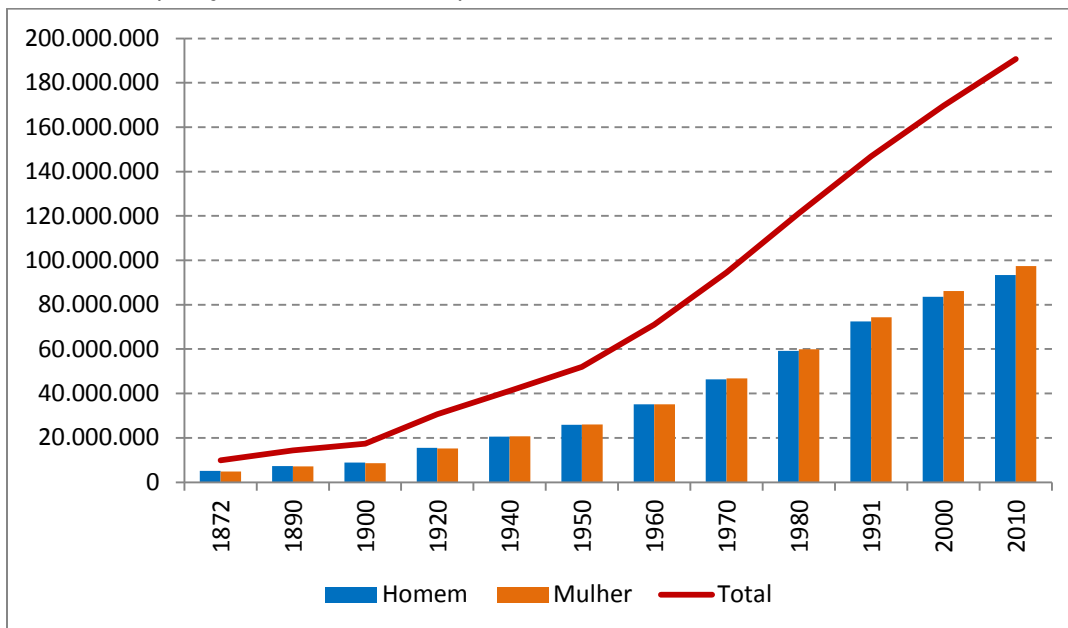
Antes das considerações finais, são apresentadas as principais mudanças dos arranjos familiares no Brasil e o crescimento dos arranjos com casais de dupla renda, especialmente a família DINC, assim como o crescimento dos domicílios unipessoais.

Este relatório apresenta um quadro que começa em 1872, quando ocorreu o primeiro censo brasileiro, se concentra nos dados dos últimos 30 anos, mas apresenta algumas projeções que vão, em alguns casos, até 2100. O importante dos retratos apresentados é o movimento e o processo de mudanças que ocorreu e que ainda está em curso. Os dados dos microdados da amostra do censo demográfico de 2010 confirmam estas mudanças e mostram a diversidade e complexidade das relações familiares e sociais do Brasil contemporâneo.

Características gerais da população brasileira no longo prazo

A população brasileira cresceu quase 20 vezes entre o primeiro censo de 1872 e o último censo, conforme mostra o gráfico 1. Em 1872 a população brasileira era de cerca de 10 milhões de habitantes (menos do que a cidade de São Paulo hoje), passando para 17,4 milhões em 1900, para 170 milhões em 2000 e para 190.755.799 milhões em 31 de julho de 2010. No final do século XIX e no início do século XX o grande crescimento populacional se deveu à imigração internacional. Entre 1940 e 1970, o grande crescimento populacional se deveu à queda das taxas de mortalidade (especialmente mortalidade infantil) e a manutenção de altas taxas de fecundidade. A partir de 1970, o número médio de filhos por mulher começou a se reduzir rapidamente. Consequentemente caiu o ritmo de crescimento populacional. A população continua crescendo porque ainda tem uma base jovem e devido à inércia demográfica. Porém, como veremos mais à frente a população brasileira vai parar de crescer na década de 2030 e deve iniciar um processo de decréscimo.

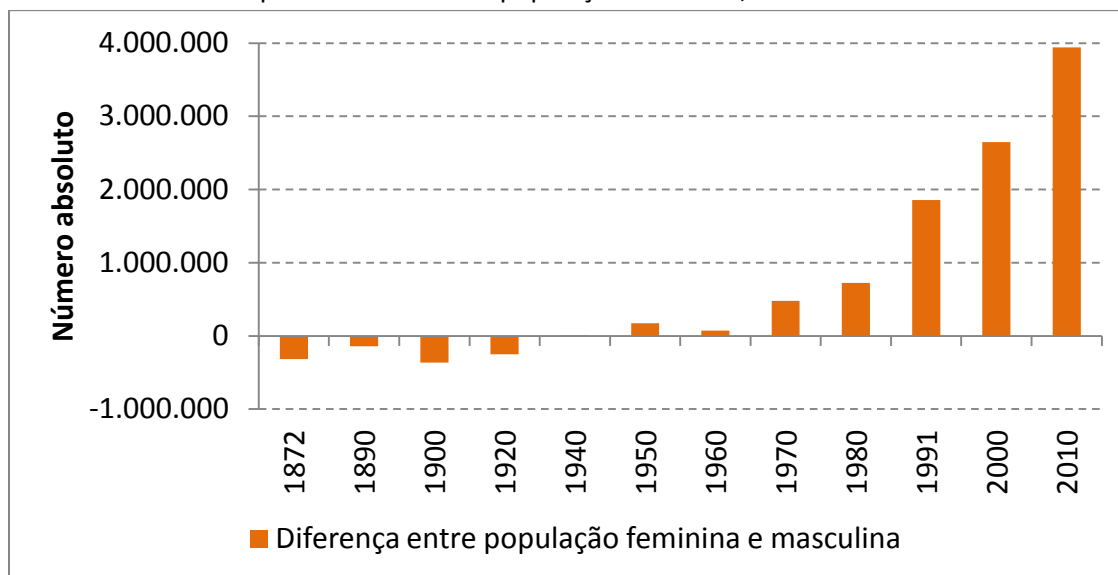
Gráfico 1: População brasileira total e por sexo, 1872-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE

Havia mais homens do que mulheres na população brasileira até 1940. A partir desta data as mulheres se tornaram maioria e a cada ano têm aumentado o superávit feminino na população brasileira. O censo demográfico 2010 apontou um superávit de 4 milhões de mulheres. Nas próximas décadas este excesso de mulheres na população deve aumentar ainda mais. Uma das consequências, por exemplo, é o aumento do superávit feminino no eleitorado brasileiro. Nas eleições de 2012 já existe um superávit de mais de 5 milhões de mulheres aptas a votar no eleitorado brasileiro. Este maior poder do voto feminino deve crescer nas próximas décadas. Mais mulheres na sociedade, especialmente nas idades mais avançadas, tem diversas consequências em termos de padrão de consumo, casamento, formação das famílias, etc.

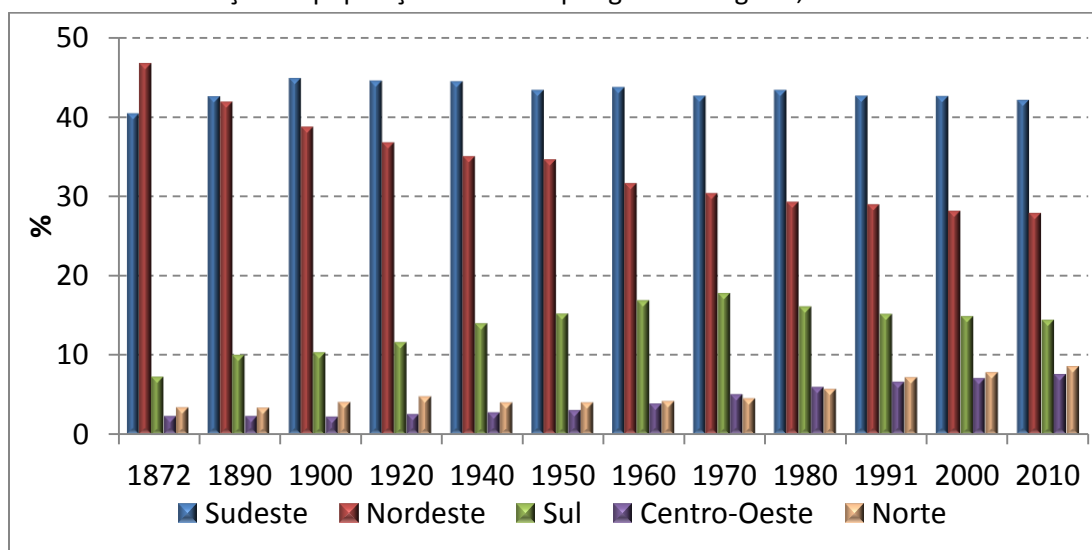
Gráfico 2: Déficit e superávit feminino na população brasileira, 1872-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE

O gráfico 3 mostra que a região Nordeste abarcava quase 50% da população brasileira em 1872. Esta porcentagem veio caindo e chegou a 28% em 2010. A região Sudeste tomou a frente em 1900 e se manteve como a região mais populosa do país, mas nas últimas décadas tem a tendência de cair de cerca de 45% para 40%. A região Sul é a terceira colocada em tamanho de população, mas também vem perdendo posição relativa. O NO e o CO são as duas menores regiões em termos de população (mas não em termos de território) e estão crescendo em ritmo mais rápido e estão ganhando posições relativas nos últimos anos. Ou seja, está havendo um processo de desconcentração regional e espacial da população brasileira. Mas evidentemente as regiões Sudeste e Nordeste continuam e devem continuar como as duas principais regiões durante o restante do século.

Gráfico 3: Distribuição da população brasileira por grandes regiões, 1872-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE

A tabela 1 mostra a população brasileira por Unidades da Federação e para as regiões, por sexo, para a população total e urbana. Nota-se que quanto mais urbana a UF maior é a proporção do superávit feminino.

Tabela 1: População por sexo para a população total e urbana, Brasil e Unidades da Federação (UF), 2010

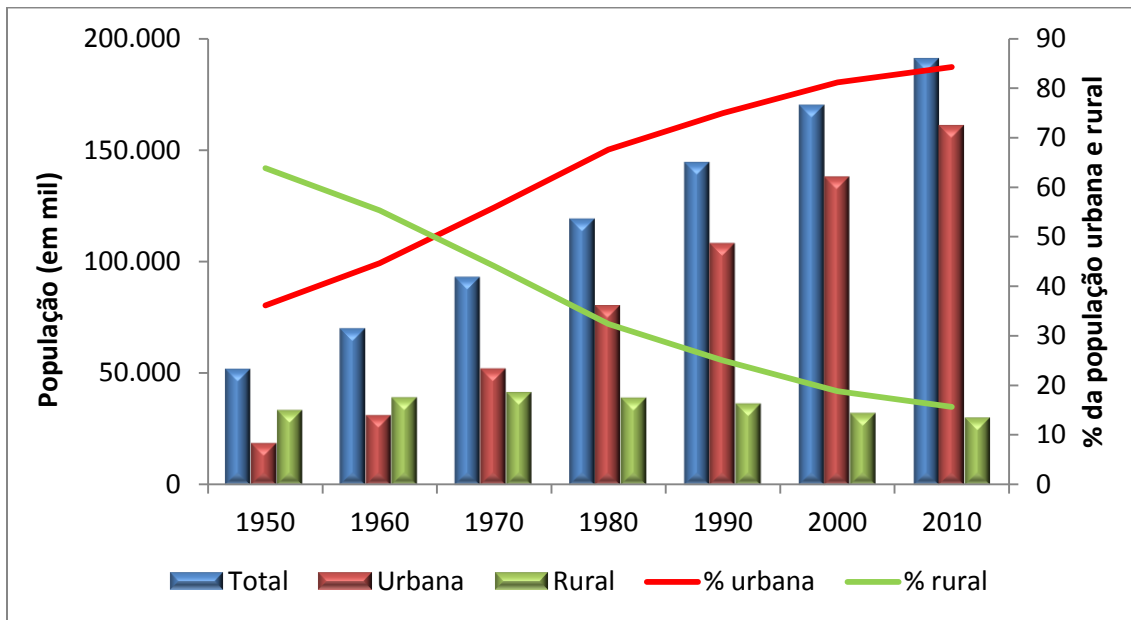
Brasil/UF	População total				População Urbana			
	Total	Homem (H)	Mulher (M)	(M) - (H)	Total	Homem (H)	Mulher (M)	(M) - (H)
Brasil	190.755.799	93.406.990	97.348.809	3.941.819	160.925.792	77.710.174	83.215.618	5.505.444
RO	1.562.409	795.157	767.252	-27.905	1.149.180	569.424	579.756	10.332
AC	733.559	368.324	365.235	-3.089	532.279	259.387	272.892	13.505
AM	3.483.985	1.753.179	1.730.806	-22.373	2.755.490	1.361.562	1.393.928	32.366
RR	450.479	228.859	221.620	-7.239	344.859	170.950	173.909	2.959
PA	7.581.051	3.821.837	3.759.214	-62.623	5.191.559	2.537.790	2.653.769	115.979
AP	669.526	335.135	334.391	-744	601.036	297.796	303.240	5.444
TO	1.383.445	702.424	681.021	-21.403	1.090.106	540.464	549.642	9.178
NO	15.864.454	8.004.915	7.859.539	-145.376	11.664.509	5.737.373	5.927.136	189.763
MA	6.574.789	3.261.515	3.313.274	51.759	4.147.149	1.995.845	2.151.304	155.459
PI	3.118.360	1.528.422	1.589.938	61.516	2.050.959	973.279	1.077.680	104.401
CE	8.452.381	4.120.088	4.332.293	212.205	6.346.557	3.031.838	3.314.719	282.881
RN	3.168.027	1.548.887	1.619.140	70.253	2.464.991	1.183.327	1.281.664	98.337
PB	3.766.528	1.824.379	1.942.149	117.770	2.838.678	1.349.820	1.488.858	139.038
PE	8.796.448	4.230.681	4.565.767	335.086	7.052.210	3.334.440	3.717.770	383.330
AL	3.120.494	1.511.767	1.608.727	96.960	2.297.860	1.093.652	1.204.208	110.556
SE	2.068.017	1.005.041	1.062.976	57.935	1.520.366	723.916	796.450	72.534
BA	14.016.906	6.878.266	7.138.640	260.374	10.102.476	4.840.611	5.261.865	421.254
NE	53.081.950	25.909.046	27.172.904	1.263.858	38.821.246	18.526.728	20.294.518	1.767.790
MG	19.597.330	9.641.877	9.955.453	313.576	16.715.216	8.108.983	8.606.233	497.250
ES	3.514.952	1.731.218	1.783.734	52.516	2.931.472	1.422.604	1.508.868	86.264
RJ	15.989.929	7.625.679	8.364.250	738.571	15.464.239	7.354.325	8.109.914	755.589
SP	41.262.199	20.077.873	21.184.326	1.106.453	39.585.251	19.166.619	20.418.632	1.252.013
SE	80.364.410	39.076.647	41.287.763	2.211.116	74.696.178	36.052.531	38.643.647	2.591.116
PA	10.444.526	5.130.994	5.313.532	182.538	8.912.692	4.325.985	4.586.707	260.722
SC	6.248.436	3.100.360	3.148.076	47.716	5.247.913	2.578.521	2.669.392	90.871
RS	10.693.929	5.205.057	5.488.872	283.815	9.100.291	4.370.784	4.729.507	358.723
SU	27.386.891	13.436.411	13.950.480	514.069	23.260.896	11.275.290	11.985.606	710.316
MS	2.449.024	1.219.928	1.229.096	9.168	2.097.238	1.029.512	1.067.726	38.214
MT	3.035.122	1.549.536	1.485.586	-63.950	2.482.801	1.243.777	1.239.024	-4.753
GO	6.003.788	2.981.627	3.022.161	40.534	5.420.714	2.664.186	2.756.528	92.342
DF	2.570.160	1.228.880	1.341.280	112.400	2.482.210	1.180.777	1.301.433	120.656
CO	41.444.985	20.416.382	21.028.603	612.221	35.743.859	17.393.542	18.350.317	956.775

Fonte: Censo demográfico de 2010

Transição urbana, transição demográfica e mudança da estrutura etária

O Brasil passou por um rápido processo de modernização, industrialização e urbanização na segunda metade do século XX. O gráfico 4 mostra que a população urbana cresceu 8,5 vezes enquanto a população rural diminuiu 10% entre 1950 e 2010. Dos 52 milhões de habitantes em 1950, 36% estavam no meio urbano e 64% no meio rural. O censo de 1970 já mostrou que a maioria da população estava concentrada nas cidades (56% contra 44%). Em 2010, dos quase 191 milhões de habitantes, 84% estavam no meio urbano e somente 16% no meio rural. Atualmente os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico são as cidades de tamanho médio, entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. Evidentemente, esta mudança provocada pela transição urbana tem impactos na sociedade, na cultura e na forma de relacionamento das pessoas e das famílias.

Gráfico 4: Distribuição da população brasileira por situação de domicílio, 1950-2010

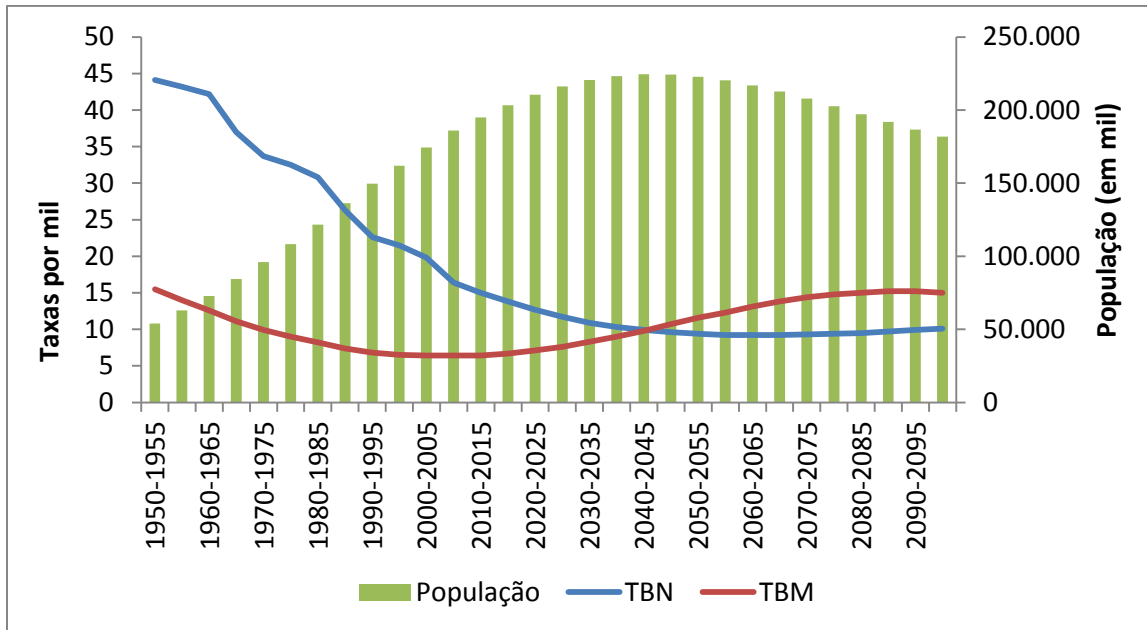


Fonte: Censos demográficos do IBGE

A transição demográfica é um dos mais importantes fenômenos sociais de todos os tempos e só acontece uma vez na história de cada país. A transição demográfica sempre começa com a queda das taxas de mortalidade (e o conseqüente aumento da esperança de vida) e, depois de um determinado lapso de tempo (que varia de país a país) as taxas de natalidade também iniciam um processo de declínio. No Brasil as taxas de mortalidade começaram a cair ainda no século XIX e se aceleraram depois da Segunda Guerra Mundial, atingindo os níveis mais baixos em torno de 2010. A elevação apresentada no gráfico 5 se deve à mudança da estrutura etária, pois uma maior proporção de idosos na população significa o aumento da taxa bruta de mortalidade, mas não uma piora na esperança de vida. A mortalidade infantil vai continuar caindo nas próximas décadas e a transição epidemiológica vai continuar se aprofundando. As projeções apresentadas no gráfico 5 indicam que as TBN e TBM vão se encontrar em torno de 2040 e se inverter no restante do século, indicando um declínio na

população. Ou seja, a população brasileira deve atingir um pico máximo em torno de 220 milhões de habitantes em 2040 e um declínio depois desta data, devendo alcançar algo em torno de 180 milhões de habitantes em 2100, conforme a projeção média da divisão de população da ONU.

Gráfico 5: População e Taxas Brutas de Mortalidade (TBM) e Natalidade (TBN), Brasil, 1950-2100



Fonte: UN/ESA, revisão 2010

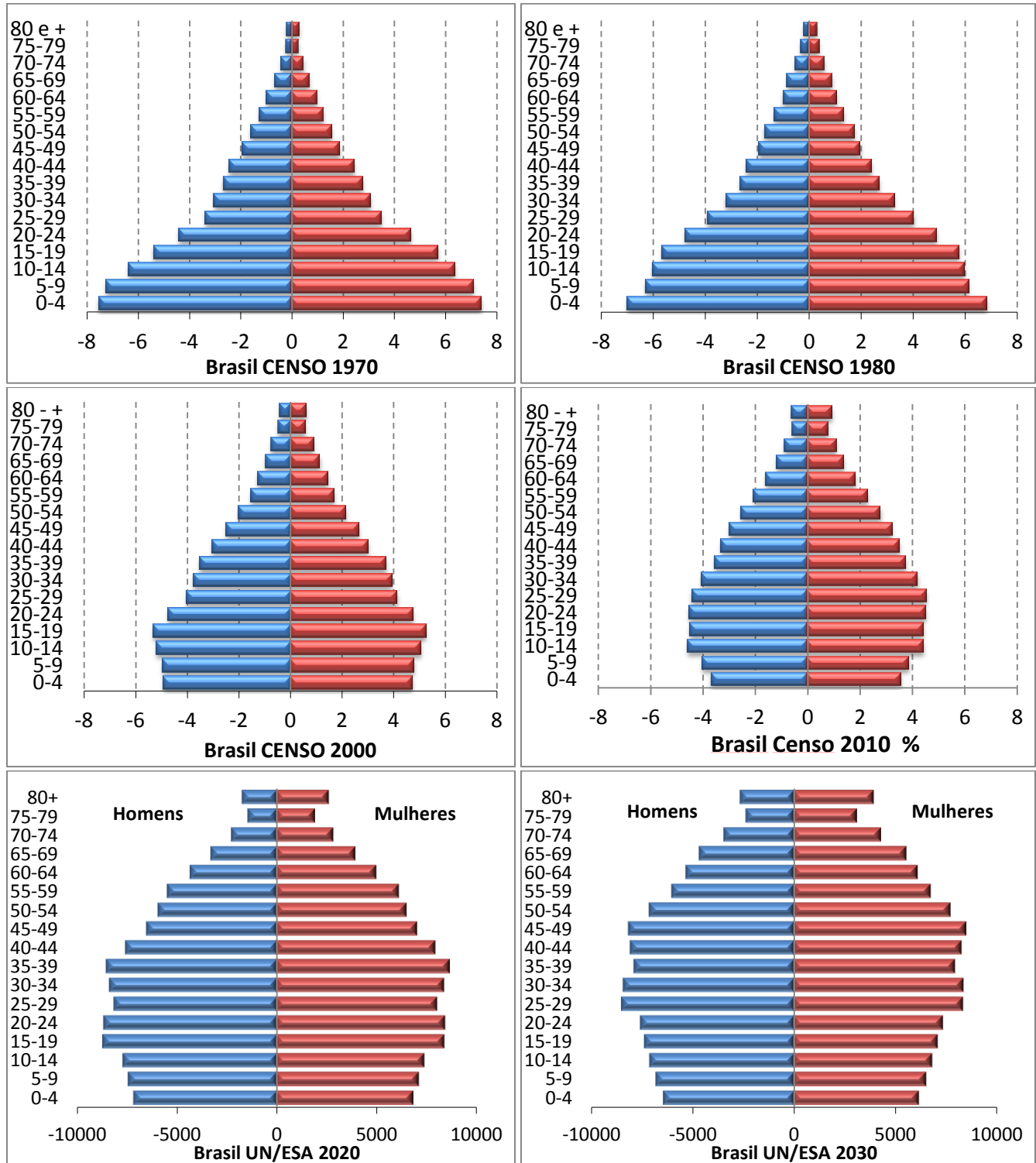
A transição demográfica é acompanhada por uma mudança na estrutura etária. Isto porque a queda nas taxas de fecundidade diminuem o tamanho das famílias e reduzem a base da pirâmide populacional, enquanto o declínio das taxas de mortalidade provocam da esperança de vida e um aumento da longevidade. O efeito conjunto do declínio de ambas as taxas vitais faz com que o país inicie um processo de envelhecimento, representado pela redução da base da pirâmide e um futuro alargamento do topo da pirâmide.

O gráfico 6 mostra as pirâmides populacionais para anos entre 1970 e 2010, segundos dados do IBGE e de 2020 e 2030 segundo projeção da ONU/ESA. Nota-se que nos anos de 1970 e 1980 cada novo grupo etário era maior do que o imediatamente anterior. Porém, a pirâmide do ano 2000 já mostra que os grupos etários 0-4, 5-9 e 10-14 anos eram menores do que o grupo 15-19 anos. A pirâmide de 2010 mostra que a maior parte da população está concentrada no meio da pirâmide (15-60 anos), exatamente a população em idade ativa. Esta situação é caracterizada como bônus demográfico, pois existe uma menor razão de dependência, fato que abre uma janela de oportunidade para o crescimento econômico, a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das famílias. O tão propalado crescimento da classe média no Brasil está relacionada às condições demográficas favoráveis, mas o bônus demográfico é um fenômeno passageiro e chega ao fim por volta de 2030.

Após o ano de 2030 a proporção de idosos, que já vem crescendo, vai aumentar ainda mais, elevando a razão de dependência dos idosos e fechando a janela de oportunidade demográfica. Isto significa que as condições econômicas do país e das famílias vai encontrar maiores dificuldades para se desenvolver e prosperar. O gráfico

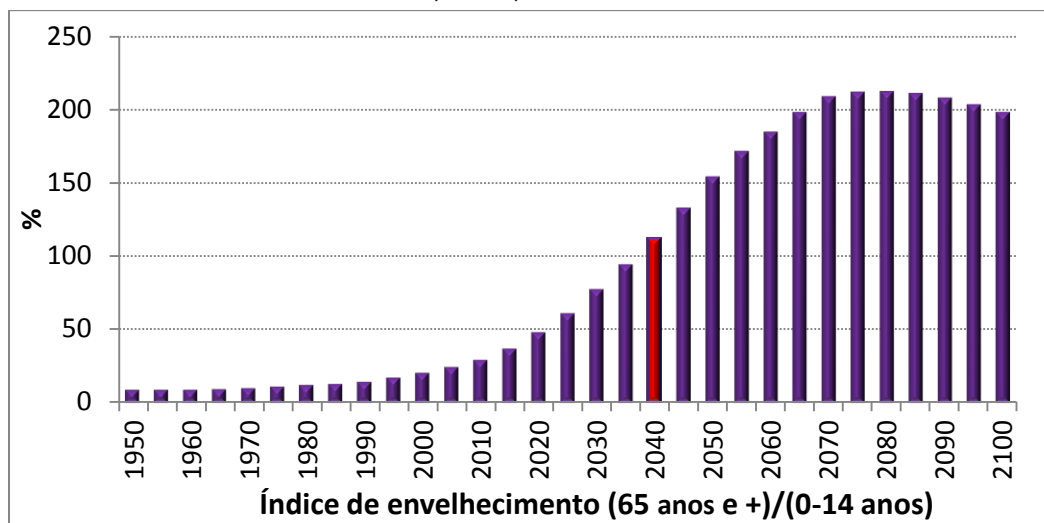
7 mostra o Índice de envelhecimento, representado pela população de 65 anos e mais sobre a população de 0-14 anos. Nota-se que no ano 2040 haverá no Brasil mais idosos (65 anos e +) do que jovens (0-14 anos).

Gráfico 6: Pirâmides populacionais por sexo e idade para o Brasil, 1970, 1980, 2000 e 2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE 1970 a 2010 e Projeções UN/ESA 2020 e 2030

Gráfico 7: Índice de envelhecimento, Brasil, 1950-2100

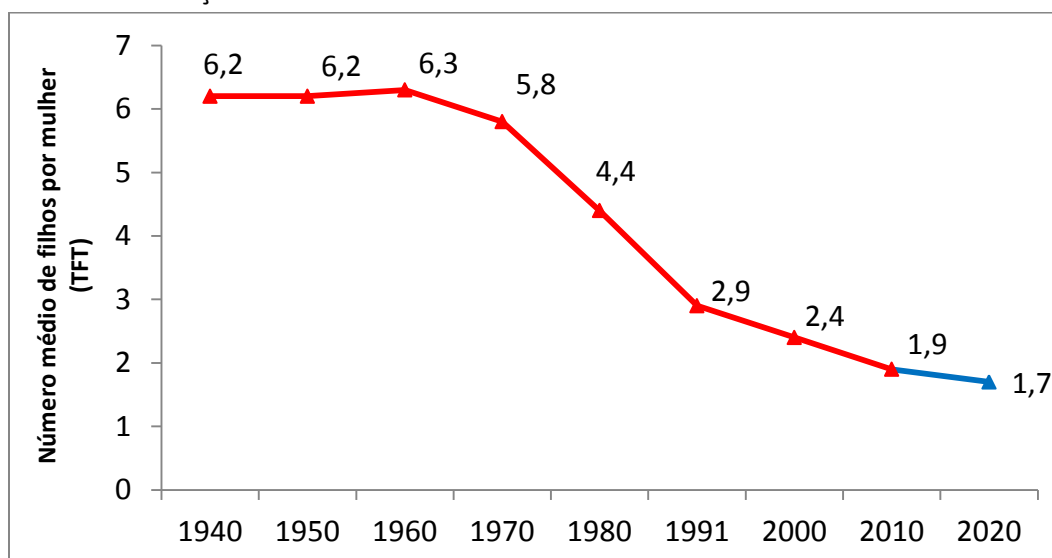


Fonte: UN/ESA, revisão 2010

A transição da fecundidade e o padrão reprodutivo no Brasil

A transição da fecundidade é considerada uma das transformações sociais mais importantes e mais complexas. Durante a maior parte da história brasileira as taxas eram altas para se contrapor às elevadas taxas de mortalidade e porque as famílias desejavam muitos filhos, já que as crianças traziam mais benefícios do que custos para os pais. Porém, com a “reversão do fluxo intergeracional de riqueza” os custos dos filhos subiram e os benefícios diminuíram. Os filhos deixaram de ser um “seguro” para os pais que passaram a contar com o sistema público e privado de proteção social e previdência. Esta transição tem um grande impacto nas famílias e na sociedade, pois muda a relação entre as gerações e modifica a estrutura etária como visto nas pirâmides.

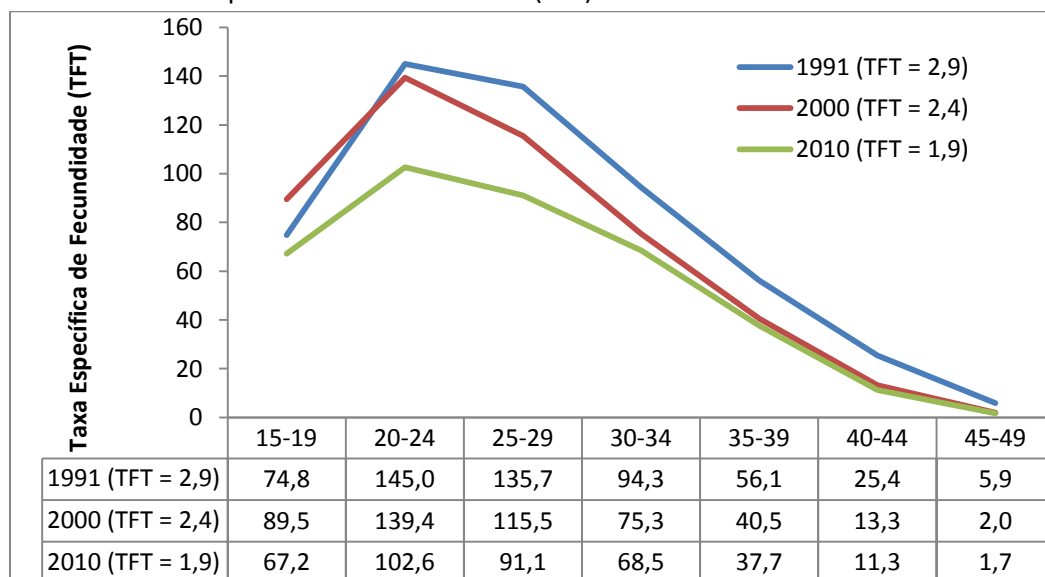
Gráfico 8: Transição da Fecundidade no Brasil: 1940-2020



Fonte: Censos demográficos do IBGE 1940 a 2010 e projeção em 2020

O gráfico 9 mostra as taxas específicas de fecundidade (TEF) no Brasil, de acordo com os últimos 3 censos. Chama a atenção o fato de que entre 1991 e 2000 a TET caiu em todos os grupos etários, menos entre os adolescentes (15-19 anos). Ou seja, houve um aumento da gravidez na adolescência no Brasil na década de 1990 e isto provocou muita discussão no país, pois significava que os jovens não estavam conseguindo separar sexualidade de reprodução, pois as pesquisas mostravam que era muito alto o índice de gravidez indesejada. Também os estudos mostravam que os jovens brasileiros não tinham acesso adequado aos métodos contraceptivos, à educação sexual, além de serem vítimas de preconceitos no momento de conseguir acesso aos métodos de regulação da fecundidade.

Gráfico 9: Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) no Brasil: 1991-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE 1991 a 2010

Porém, o censo de 2010 mostrou que a fecundidade continuou caindo em todos os grupos etários, inclusive entre os adolescentes. A taxa era de 74,8 nascimentos para cada mil adolescentes (15-19) em 1991, subiu para 89,5 por mil em 2000 e caiu para 67,2 por mil em 2010. Mesmo assim, as taxas brasileiras são altas quando comparadas com outros países: apenas 2,3 por mil na Coreia do Sul; de 8,4 por mil na China; de 29,5 por mil no Irã; de 7 por mil na França; de 11,6 por mil na Arábia Saudita; de 34 por mil nos Estados Unidos e de 59 por mil na África do Sul. Portanto, a gravidez na adolescência no Brasil é maior do que em todos estes países. Isto quer dizer que o Brasil tem uma estrutura rejuvenescida da fecundidade, ou seja, as mulheres começam a ter filhos cedo e deixa de tê-los também cedo (ao contrário do padrão europeu, asiático e islâmico). Na linguagem popular se diz que as mulheres “fecham a fábrica” (na linguagem demográfica, se diz que se adota uma forma de controle da fecundidade por “terminação da parturição”).

O padrão rejuvenescido da fecundidade no Brasil tem um impacto grande no mix contraceptivo adotado. Como as mulheres começam a ter filhos em idades jovens, elas atingem o tamanho ideal de família também cedo. Assim, com uma idade em torno de 25 anos as mulheres já tiveram os filhos desejados e passam a utilizar uma forma de controle definitivo da fecundidade, isto é, a esterilização. Na maioria dos casos são as mulheres que fazem a laqueadura tubária. Mas tem crescido muito o número de homens que fazem vasectomia. Este padrão

de fecundidade precoce e “fechamento da fábrica” é mais comum nas “classes” sociais de mais baixa renda e baixo nível de escolaridade. Nas classes médias médias e altas o padrão tende para ser mais envelhecido, ou seja, as meninas ficam mais tempo na escola, chegam à universidade e casam mais tarde. Portanto, o padrão rejuvenescido de fecundidade e de casamento (formal ou informal) precoce é diferenciado conforme o nível de renda e escolaridade das famílias brasileiras.

Nupcialidade e Conjugalidade no Brasil

Antropologicamente falando, a formação da família depende de três componentes: laços de sangue (parentesco); filiação ou adoção; e união conjugal. O estudo da união conjugal (nupcialidade) é importante para se entender o processo de formação das famílias, o comportamento reprodutivo e a dinâmica demográfica.

A taxa bruta de nupcialidade (considerando os casamentos legais) tem diminuído no Brasil, passando de 8 casamento por mil habitantes, em 1980, para 5,1 em 1991 e 4,3 em 2000. Isso ocorre devido ao aumento das uniões consensuais no mesmo período. De fato, a Tabela 4 mostra um crescimento da união consensual, que passou de 6,5% em 1960 para 36,4% em 2010. O casamento apenas no civil também aumentou de 12,8% para 17,3%, no período. O grande declínio se deu nas formas de casamento religioso, tanto o civil e religioso, quanto o casamento só religioso. No conjunto, os dois caíram de 81%, em 1960, para 46,3%, em 2000.

Tabela 4: Distribuição percentual das pessoas de dez anos e mais, segundo tipo de união, Brasil – 1960-2010.

Tipo de união	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Civil e religioso	60,5	64,6	63,8	57,8	50,1	42,9
Só civil	12,8	14,1	16,3	18,3	17,3	17,3
Só religioso	20,2	14,4	8,1	5,2	4,3	3,4
União consensual	6,5	6,9	11,8	18,3	28,3	36,4

Fonte: IBGE. Censos demográficos 1960 a 2010

A tabela 5 mostra que houve crescimento do casamento legal no Brasil, especialmente entre 2003 e 2007, o que é explicado pelo crescente número de casais que procuraram formalizar suas uniões consensuais, incentivados pelo novo Código Civil de 2002 e pelas ofertas de casamentos coletivos desde então promovidos. Tais iniciativas facilitaram o acesso ao serviço de registro civil de casamento sob os aspectos burocrático e econômico.

Tabela 5: Casamentos, segundo estado civil e sexo, Brasil – 1997-2007.

Casamento e Estado civil	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Casamentos (n ^{os} abs.)	705.651	673.452	755.809	694.872	696.716	711.155	748.981	806.968	835.846	889.828	916.006
Estado civil homem (%)											
Solteiro	95,02	95,76	96,23	96,36	92,62	90,44	90,31	89,97	89,54	89,10	88,23
Viúvo	1,64	1,72	1,74	1,86	1,87	1,93	1,77	1,80	1,80	1,78	1,78
Divorciado	5,86	6,12	6,34	7,18	7,22	7,67	7,84	8,17	8,61	9,06	9,91
Estado civil mulher (%)											
Solteira	98,09	98,86	99,30	99,71	95,99	94,44	93,77	93,50	93,16	92,77	92,00
Viúva	1,01	1,06	1,14	1,19	1,19	1,20	1,15	1,14	1,18	1,18	1,27
Divorciada	3,39	3,68	3,87	4,47	4,52	4,86	5,01	5,29	5,60	6,00	6,65

Fonte: IBGE. Registro Civil, 2009.

Também verifica-se que o casamento entre solteiros, mesmo sendo a ampla maioria, tem diminuído nos últimos anos, enquanto cresce aquele entre pessoas viúvas e divorciadas. Mas os recasamentos são maiores entre os homens.

Acompanhando a tendência de aumento do número de casamentos, tem crescido a idade média ao primeiro casamento no Brasil. No final da década de 1980, a idade média ao primeiro matrimônio estava em torno de 23 anos para as mulheres e de 25 anos para os homens, passando para, respectivamente, 25 e 27,5 anos, em 2000 e para 26 e 29 anos, em 2007, segundo os dados de 2008 do IBGE.

A mesma publicação do IBGE (2008) mostra que, embora tenha crescido o número de casamentos legais, também aumentaram as dissoluções (divórcios diretos sem recurso e separações), totalizando 231.329, em 2007, ou seja, para cada quatro casamentos, foi registrado término de um. Trinta anos depois da lei patrocinada pelo senador Nelson Carneiro, a taxa de divórcios passou de 0,46%, em 1984, para 1,49%, em 2007. É preciso destacar que a proporção de separações não-consensuais requeridas pela mulher é significativamente maior que as solicitadas pelo homem, sendo que existe uma hegemonia das mulheres na guarda dos filhos menores.

Em 2007, em 89,1% dos divórcios a responsabilidade pela guarda dos filhos foi concedida às mulheres (IBGE, 2008). Finalmente, vale dizer que o tema da parceria civil homossexual e da homoparentalidade vem ocupando o debate político, desde 1995, com a apresentação de Projeto de Lei Federal que dispõe sobre a “parceria civil registrada”, e com o número crescente de decisões nos Tribunais de Justiça sobre o reconhecimento de uniões estáveis.

Nesse contexto de análise, é importante sublinhar que essas transformações não podem ser inteiramente compreendidas sem referência a mudanças em curso na esfera da sexualidade ou comportamento sexual. Entre 1996 e 2009, foram realizados no Brasil nove inquéritos para estudo do comportamento sexual e reprodutivo que permitem traçar um perfil bastante completo da sexualidade brasileira na primeira década do século XXI. Aqui vamos nos limitar a compartilhar os achados mais significativos das duas pesquisas Comportamento Sexual e Percepção da População Brasileira sobre HIV/Aids (PN-DST/Aids, Ministério da Saúde, Cebrap, 1998 e 2005) (BARBOSA e KOYAMA, 2008).

Esses dois inquéritos indicam que a idade na primeira relação sexual vem caindo no Brasil tanto para homens quanto para mulheres. Contudo Barbosa e Koyama observam que tanto em 1998 quanto em 2005 as mulheres iniciaram a vida sexual mais tardiamente. Os dados coletados em 2005 também sugerem uma correlação entre ganhos educacionais e comportamento sexual, pois foi registrados uma “proporção menor de pessoas de ambos os sexos com ensino médio que havia iniciado a vida sexual”. Em contraste, entre as meninas e jovens que chegaram apenas até o ensino fundamental, observou-se redução na idade média na primeira experiência sexual.

As duas pesquisas ainda revelam diferenciais de gênero marcantes no que diz respeito a práticas sexuais. Por exemplo, não se registram diferenças significativas entre 1998 e 2005 quanto ao número de homens e mulheres que relataram ter tido relações sexuais no ano anterior. Entretanto, a proporção de homens sexualmente ativos foi maior do que a de mulheres, sendo essas diferenças estatisticamente significativas nos dois anos. Por outro lado, quando se analisam as taxas de atividade sexual entre pessoas separadas ou viúvas, constata-se que houve ligeiro decréscimo da atividade sexual entre os homens e aumento entre as mulheres. Contudo a variável que

revela diferenças mais significativas entre os sexos e que não pode ser explicada sem referência ao marco conceitual de gênero diz respeito ao número de parceiros referidos, pois, tanto em 1998 quanto em 2005, a proporção de homens heterossexuais que informaram ter tido mais de uma parceira é cerca de cinco vezes maior do que a de mulheres com o mesmo tipo de experiência.

Finalmente, a pesquisa também informa que cerca de 3% dos homens entrevistados em 1998 e 2005 referiram ter tido relações com pessoa do mesmo sexo em algum momento da vida. Em 1998, também foram 3% as mulheres que relataram relações sexuais com outras mulheres. Entretanto, não foi possível realizar uma análise comparativa com os achados de 2005 em razão do número reduzido da amostra de pessoas do sexo feminino que referiram relações com pessoas do mesmo sexo. Para o Censo Demográfico de 2010, o IBGE incluirá uma pergunta sobre composição das famílias que poderá contribuir para aprofundar o conhecimento sobre padrões não-heterossexuais de sexualidade, afetividade e parentesco no Brasil.

Segunda Transição Demográfica e Padrão Europeu de Família (envelhecido)

Na Primeira Transição Demográfica a redução da fecundidade se distribuía ao longo do ciclo de vida reprodutiva da mulher (fecundidade natural, isto é, sem regulação deliberada de quantidade e espaçamento dos filhos). Inicialmente a parturição era limitada nas idades mais avançadas, com menos filhos das ordens mais altas e em idades mais velhas das mães. Portanto, a novidade foi o controle da parturição dentro da família, com fortalecimento da família nuclear. A Primeira Transição começou na Europa e nos países de colonização europeia e depois se espalhou pelo mundo.

Mas na segunda metade da década de 1980 foi ficando claro que os fenômenos do desenvolvimento social e da transição demográfica estavam indo além da descrição acima. Em 1986, os demógrafos Ron Lesthaeghe e Dirk Van de Kaa escreveram um texto que fala, pela primeira vez, da Segunda Transição Demográfica (STD). Segundo estes autores as principais características da Segunda Transição na Europa como sendo: a) taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição (abaixo de 2,1 filhos por mulher); b) adiamento do nascimento do primeiro filho; c) crescimento do número de filhos fora do casamento; d) mudanças no padrão de casamento e da maternidade/paternidade; e) crescimento da coabitação e das uniões consensuais; f) diversificação dos arranjos familiares e domiciliares; g) crescimento do número de divórcios e separações; h) mudanças do foco das famílias das crianças para o casal adulto (mudança da direção do fluxo intergeracional de riqueza); i) crescimento da imigração.

Nas palavras de Van de Kaa (1987, p. 11), a STD envolve quatro mudanças relacionadas: “1) Shift from the golden age of marriage to the dawn of cohabitation; 2) Shift from the era of the king-child with parents to that of the king-pair with a child; 3) Shift from preventive contraception to self-fulfilling conception; 4) Shift from uniform to pluralistic families and households”.

Estas características foram descritas a partir da experiência europeia. Porém, cada vez mais países apresentam as mesmas tendências. Lesthaeghe e Neidert (2006) consideram que a STD está se generalizando pelas diversas regiões do mundo:

“Twenty years after its introduction, the relevance of the term ‘Second Demographic Transition’ may still be contested, but the manifestation of what it predicted is not: by now, every characteristic of

the second demographic transition has spread to the majority of industrialized Western populations, including Mediterranean and Central European countries. And, judging from the latest data on extraordinary degrees of postponement of marriage and fertility in the Far East (e.g., Jones 2006; Retherford and Ogawa 2005), and from very recent information on cohabitation in Japan (Raymo and Iwasawa 2006), non-Western industrialized or industrializing populations could also be following suit” (p. 670).

Desta forma a Segunda Transição pode ser vista como um aprofundamento da Primeira, não apenas enquanto a consolidação da tendência de queda das taxas de fecundidade, mas principalmente devido à diversificação e ampliação dos novos arranjos familiares, das mudanças no comportamento sexual e do papel dos filhos na dinâmica das famílias. Porém, a Segunda Transição Demográfica possui padrões diferentes, em diferentes regiões, por exemplo, no caso da Europa e no caso da América Latina, especialmente no Brasil. O padrão europeu de fecundidade e de casamento é mais envelhecido, enquanto no Brasil é mais rejuvenescido (especialmente para as classes de menor renda e educação).

Domicílios e Famílias no Brasil

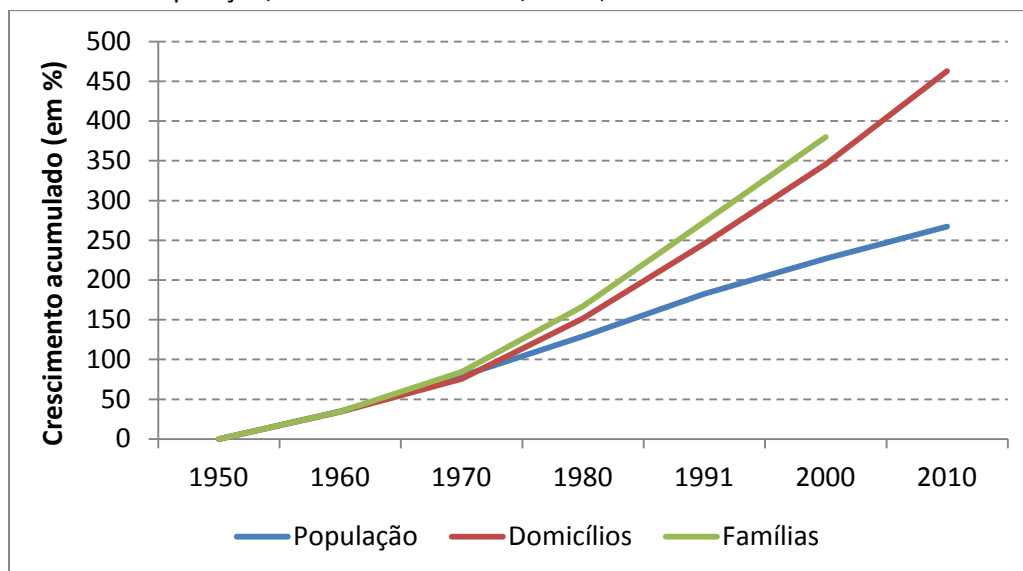
A tabela 6 mostra o crescimento do número de habitantes, de domicílios e de famílias no Brasil entre 1950 e 2010. O crescimento dos domicílios foi maior do que o da população e o das famílias foi maior do que o dos domicílios. Entre 1950 e 2000, o crescimento médio da população foi de 2,4% ao ano, dos domicílios foi de 3% ao ano e os das famílias de 3,2% ao ano. A tabela 1 e o gráfico 10 mostram o crescimento acumulado para o período, sendo que a o crescimento acumulado da população foi de 267,2% e dos domicílios de 462,8%. Para o ano 2010 o IBGE ainda não divulgou os dados de família, pois houve uma mudança metodológica na pergunta e o dado, quando for divulgado, não será totalmente comparável.

Tabela 6: População, domicílios e famílias, Brasil, 1950 a 2010

Anos censais	População		Domicílios particulares		Famílias	
	Nº absoluto	% acumulado	Nº absoluto	% acumulado	Nº absoluto	% acumulado
1950	51 941 767	0	10 046 199	0	10 046 199	0
1960	70 070 457	34,9	13 497 823	34,36	13 532 142	34,7
1970	93 139 037	79,31	17 628 699	75,48	18 554 426	84,69
1980	119 002 706	129,11	25 293 411	151,77	26 806 748	166,83
1991	146 825 475	182,67	34 734 715	245,75	37 502 520	273,3
2000	169 799 170	226,9	44 795 101	345,89	48 232 405	380,11
2010	190 732 694	267,20	56 541 472	462,81	---	---
Taxa anual 1950-2000		2,40%	3,03%		3,19%	
Taxa anual 1950-2010		2,19%	2,92%		-----	

Fonte: Censos demográficos do IBGE

Gráfico 10: População, domicílios e famílias, Brasil, 1950 a 2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE

Definição de domicílio e família

O IBGE define o domicílio como o local estruturalmente separado e independente que serve de habitação a uma ou mais pessoas. Separação e independência são critérios essenciais da definição. A separação fica caracterizada quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto. Segundo a espécie os domicílios podem ser particulares ou coletivos. Segundo a natureza os domicílios podem ser classificados em permanentes ou improvisados. Segundo a sua estrutura, os domicílios podem ser classificados em duráveis ou rústicos.

Domicílio Particular é aquele em que o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. **Domicílio Coletivo** é o domicílio ocupado por grupo convivente e/ou família, no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência.

Domicílio Permanente é aquele construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência do censo, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Domicílio Improvisado é aquele localizado em prédios não residenciais (lojas, fábricas, etc.), desde que não tenham dependências destinadas exclusivamente para fins de moradia (quarto e cozinha). **Domicílio durável** é aquele localizado em prédios em cuja construção predominam: paredes de tijolo, pedra, adobe ou madeira preparada; cobertura de telha (barro, amianto, madeira, zinco, etc.) ou laje de concreto; piso de madeira, cimento, ladrilho ou mosaico. **Domicílio rústico** é aquele localizado em prédios em cuja construção predominem: paredes e cobertura de taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida. Quando o material empregado nos três componentes da estrutura do prédio (parede, cobertura e piso) não estiver discriminado

em um mesmo grupo (durável ou rústico) deverá ser considerado o grupo que contiver dois dos componentes . Apesar de registrar o número de domicílios coletivos e improvisados, o IBGE investiga as características somente dos domicílios particulares permanentes.

Família é um termo muito utilizado, mas difícil de se captar em toda a sua complexidade. Nos estudos de família existem limitações tanto no aspecto teórico, quanto na perspectiva empírica, em relação à capacidade de se apreender a dinâmica desse grupo social. Dependendo do ângulo de análise, a família pode ser vista como: a) unidade de produção (valores de troca) e de reprodução (de indivíduos e valores de uso); b) unidade de reprodução e consumo; c) unidade de indivíduos com laços de consangüinidade; d) unidade de solidariedade, afeto e prazer; e) pessoas que dividem o mesmo teto e a mesma cozinha; f) local da relação dialética entre dominação e submissão; g) rede de parentesco (independente da moradia conjunta); h) espaço de socialização, reprodução ideológica e conflito; etc.

O antropólogo francês Claude Levi-Strauss (1982), em livro que é um clássico do século XX, assinala que a estrutura elementar do parentesco inclui três tipos de relações familiares: 1) a relação de consanguinidade (p. ex: entre irmão e irmã); 2) a relação de aliança (entre marido e mulher) e 3) a relação de filiação (entre progenitores e filhos) ou adoção. Seguindo esta lógica, a ONU (1998) define família como um grupo de no mínimo duas pessoas formada por laços de consanguinidade, descendência (ou adoção) e matrimônio.

A ONU, levando em consideração o espaço do domicílio, considera que uma família deve ter duas características essenciais:

- 1) mínimo de dois membros;
- 2) os membros da família devem estar relacionadas por meio de relações de consanguinidade (parentesco), adoção ou casamento.

Isto quer dizer que a ONU trata a pessoa morando sozinha como um domicílio unipessoal e a considera como um arranjo “não-família”. Também trata como “não-família” as pessoas que convivem em um domicílio multipessoal, mas que não possuem laços de parentesco, adoção ou casamento. Assim, são considerados domicílios resididos por “não-famílias”:

- a) domicílios unipessoais;
- b) domicílios multipessoais habitados por pessoas sem laço de parentesco, adoção ou casamento (por exemplo, uma república de estudantes).

Já os domicílios resididos por famílias podem ter as seguintes composições:

- 1) Domicílio com família nuclear:
 - a) Casal (núcleo duplo):
 - i. com filho(s);
 - ii. sem filho(s);

b) Pai com filho (s) – monoparental masculino;

c) Mãe com filho(s) – monoparental feminino;

2) Domicílio com família estendida:

a) Uma única família nuclear e outras pessoas relacionadas ao núcleo, por exemplo, um pai com filho(s) e outros parentes ou um casal com outros parentes;

b) Duas ou mais famílias nucleares relacionadas entre si sem qualquer outra pessoa, por exemplo, dois ou mais casais com crianças;

c) Duas ou mais famílias nucleares relacionadas entre si mais outra(s) pessoa(s) relacionadas no mínimo a um dos núcleos, por exemplo, dois ou mais casais com outros parentes;

d) Duas ou mais pessoas relacionadas umas com as outras, nenhuma das quais constitui-se de uma família nuclear;

3) Domicílio com família composta

a) Um único núcleo familiar mais outras pessoas, algumas das quais relacionadas ao núcleo familiar e algumas não, por exemplo, mãe com filho(s) e outros parentes e não parentes;

b) Um único núcleo familiar mais outras pessoas, nenhuma das quais seja relacionada ao núcleo, por exemplo, pai com filho(s) e não parentes;

c) Duas ou mais famílias nucleares relacionadas entre si mais outras pessoas, algumas das quais estejam relacionadas a no mínimo um dos núcleos e algumas das quais não estejam relacionadas a nenhum núcleo, por exemplo, dois ou mais casais com parentes e não parentes;

d) Duas ou mais famílias nucleares relacionadas entre si mais outras pessoas, nenhuma das quais esteja relacionada a qualquer dos núcleos, por exemplo, dois ou mais casais com filhos e não parentes;

e) Duas ou mais famílias nucleares não relacionadas entre si, com ou sem outras pessoas;

f) Duas ou mais pessoas relacionadas uma com a outra, mas nenhuma das quais constitua-se numa família nuclear e outras pessoas não parentes.

Estas definições são básicas para se compreender a dinâmica das famílias e os mecanismos de inserção social e os sistemas de bem-estar com foco nas pessoas vivendo cotidianamente em uma habitação. Os censos demográficos – que são censos de população e domicílio - mensuram as famílias a partir do local de moradia. O IBGE mostra que entre 1970 e 2010 a população brasileira passou de 93,1 milhões de habitantes para 190,7 milhões de habitantes, enquanto o número de domicílios particulares permanentes passaram de 17,6 milhões para 56,5 milhões. O número de pessoas por domicílio caiu de 5,3 para 3,3 indivíduos, no mesmo período, como veremos à frente.

A queda do número de pessoas nos domicílios decorre do processo de queda da fecundidade e do maior ritmo de aumento do número de domicílios. O aumento da idade mediana da população tende a aumentar a proporção de famílias no país, pois a idade média do primeiro casamento está em torno de 25 anos. Assim, quanto maior a proporção de pessoas acima desta idade maiores são as chances de formação de novas unidades de moradia, sejam elas unidades familiares ou não-familiares (Alves e Cavenaghi, 2006).

Os dados iniciais do censo 2010 indicam que, enquanto a população brasileira cresceu 12,5% na última década, o número de domicílios particulares aumentou em 25%, o que deve ter contribuído para a redução do déficit habitacional (somente com a divulgação dos resultados da amostra se poderá calcular o tamanho do déficit de moradias). O censo 2010 também indicou a existência de mais de 6 milhões de domicílios vagos, além de quase 4 milhões de domicílios para uso ocasional (também como veremos mais à frente). Este estoque de domicílios não ocupados, caso utilizados, seria suficiente para resolver o problema do déficit habitacional no Brasil.

Paralelamente à redução do tamanho das famílias, houve uma mudança na composição familiar. O tipo hegemônico de família no Brasil é aquela constituída por um casal com filhos, embora esteja perdendo posição relativa. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que os domicílios compostos por casal com filhos representavam 62,8% em 1992 e passaram para 49,9% em 2009. Considerando ainda famílias de núcleo duplo, os domicílios compostos por casais sem filhos passaram de 11,7% para 16,2%, no mesmo período. No bloco das famílias monoparentais, as moradias constituídas por mães com filhos (monoparental feminina) passaram de 12,3% em 1992 para 15,4% em 2009 e as monoparentais masculinas passaram de 1,6% para 2,0%. Os domicílios unipessoais (não-família) também apresentam tendência de crescimento. O percentual de mulheres vivendo sozinhas passou de 6,2% para 8,9% e o percentual de homens vivendo sozinhos passou de 5,4% para 7,5% entre 1992 e 2009 (ver gráficos mais à frente).

Os dados das pesquisas do IBGE também mostram que cresceu o número de famílias em que ambos os cônjuges trabalham. Um tipo de família que tem atraído atenção dos pesquisadores é a chamada família DINC – Duplo Ingresso Nenhuma Criança (Double Income No Children). Alves, Cavenaghi e Barros (2010) mostram que os casais DINC passaram de 2,7% em 1996 para cerca de 4% em 2009 e possuem um padrão de renda e consumo superior à média das famílias (ver dados mais à frente).

Uma novidade do último censo demográfico do IBGE foi a alternativa de resposta para os casais do mesmo sexo que moram juntos em um mesmo domicílio. Os dados preliminares mostram que o Brasil tinha cerca de 60 mil casais homossexuais vivendo juntos, em 2010. Evidentemente não foram contabilizados as pessoas que possuem relacionamento homossexuais que não vivem no mesmo domicílio ou aqueles casais do mesmo sexo que não se assumem enquanto parceria homossexual. Uma análise das famílias homossexuais só será possível ser feita, assim mesmo de forma limitada, depois que o IBGE divulgar os microdados do censo 2010.

Domicílios e pessoas

A população brasileira cresceu 12,5% entre 2000 e 2010, mas no mesmo período o número de domicílios totais cresceu 24,5%, o número de domicílios particulares permanentes ocupados cresceu 26%, o número de domicílios fechados cresceu 70% e o número de domicílios não ocupados cresceu 16%, com destaque para o número dos domicílios de uso ocasional que cresceu 46% entre 2000 e 2010. Registre-se que o número de

domicílios não ocupados – 10 milhões de unidades – é maior que o chamado Déficit Habitacional calculado pela Fundação João Pinheiro.

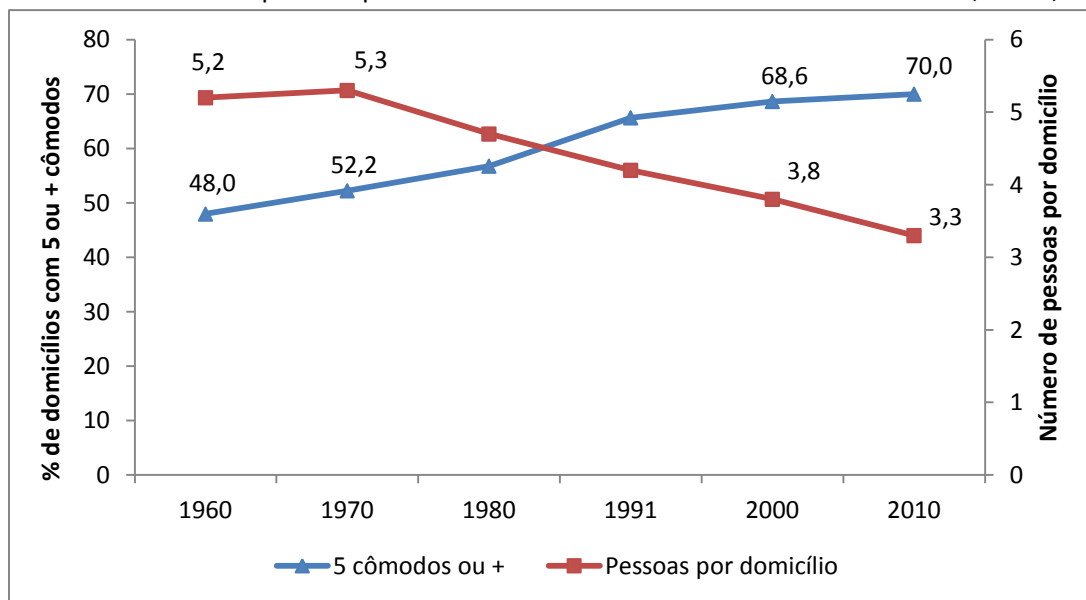
Tabela 7: Número absoluto e percentual de tipos de domicílios, Brasil, 2000 e 2010

Domicílios particulares	2000		2010	
	N. absoluto	%	N. absoluto	%
Total	54.265.618	100,0	67.569.688	100,0
Ocupados	45.021.478	83,0	56.573.419	83,7
Fechados	528.683	1,0	899.152	1,3
Não-ocupados	8.715.457	16,1	10.097.117	14,9
Uso ocasional	2.685.701	5,0	3.933.271	5,8
Vagos	6.029.756	11,1	6.163.846	9,1

Fonte: Censos demográficos do IBGE

Os censos demográficos não trazem informações sobre a área dos domicílios. Mas trazem dados sobre o número de cômodos e dormitórios. O gráfico 11 utiliza estas informações para mostrar que o número médio de pessoas por domicílio caiu de 5,3 pessoas em 1970 para 3,3 pessoas em 2010. Isto se deve à queda da fecundidade e ao fato de o número de domicílios ter crescido mais rápido do que o ritmo de crescimento da população.

Gráfico 11: Média de pessoas por domicílios e domicílios com 5 cômodos ou mais, Brasil, 1960- 2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE

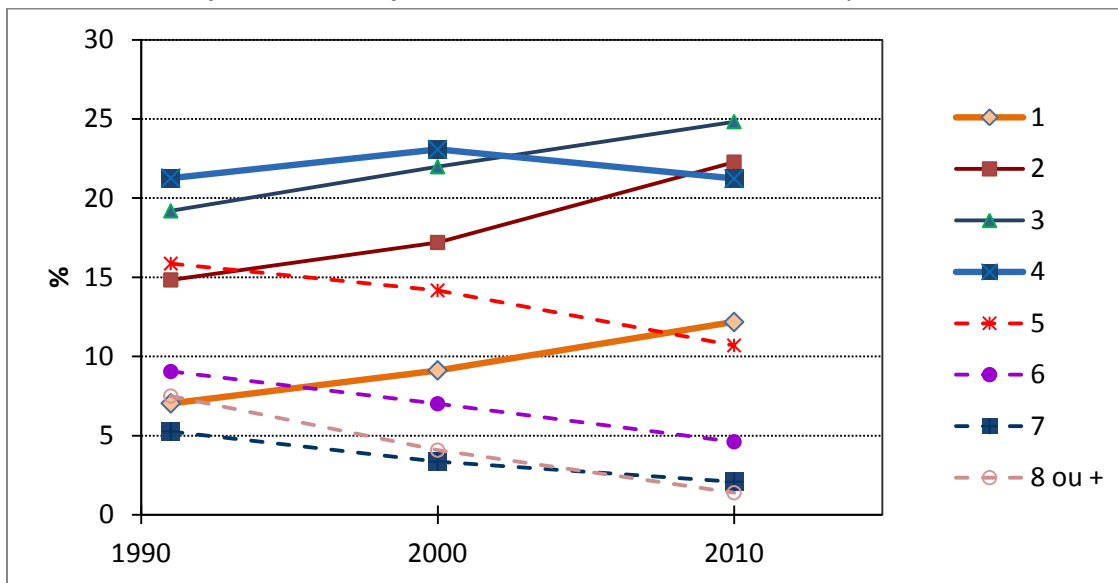
Por outro lado, o crescente número de domicílios aconteceu juntamente com o crescimento do número de cômodos por domicílio, conforme mostra o gráfico 9, sendo que os domicílios com 5 cômodos ou mais representavam apenas 48% em 1960 e passou para 70% em 2010. Ou seja, os domicílios particulares

permanentes ocupados brasileiros aumentaram em muito a disponibilidade de cômodos e diminuíram a quantidade de moradores, sugerindo que aumentou a disponibilidade de espaço por pessoa (mas como não temos informações sobre metragem dos domicílios não podemos afirmar com certeza que o espaço per capita aumentou).

O gráfico 12 mostra que em 1991 os arranjos domiciliares com 4 ou mais moradores eram maioria. Contudo, em 2010, o arranjo com 3 moradores passou para o primeiro lugar, seguido do arranjo com dois moradores e ficando os domicílios unipessoais em quarto lugar. A tendência para as próximas décadas é exatamente esta, sendo que o arranjo domiciliar que deve apresentar o maior crescimento é o das pessoas morando sozinhas, especialmente as pessoas idosas. Os dados da primeira década do século XXI já mostram um grande crescimento dos domicílios unipessoais para todas as idades e ambos os sexos.

Usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da última década, podemos ver que a população masculina brasileira de 15 anos e mais de idade passou de 58,5 milhões de pessoas, em 2001, para 69,5 milhões, em 2009, crescimento de 18,8%. No mesmo período, os homens de 15 anos e mais de idade morando sozinhos passaram de 2,2 milhões para 3,5 milhões, crescimento de 54,2%. A população feminina brasileira de 15 anos e mais de idade passou de 63,6 milhões de pessoas, em 2001, para 75,9 milhões, em 2009, crescimento de 19,3%. No mesmo período, as mulheres de 15 anos e mais de idade morando sozinhas passaram de 2,3 milhões para 3,6 milhões, representando crescimento de 58,8% entre 2001 e 2009, conforme tabela 8.

Gráfico 12: Evolução da distribuição relativa do número de moradores por domicílio, Brasil: 1991-2010



Fonte: Censos demográficos do IBGE

Em geral, o número de homens e mulheres morando sozinhos cresce com a idade, pois nas idades mais avançadas os filhos já deixaram a casa dos pais e é grande a probabilidade de um dos cônjuges morrer. Como a esperança de vida das mulheres é maior do que a dos homens, o número de mulheres com 60 anos ou mais de idade morando sozinhas é muito maior. Neste grupo etário, em 2009, existiam 10,23% de homens morando sozinhos e 16,3% das mulheres nas mesmas condições.

Tabela 8: População de 15 anos e mais de idade e pessoas morando sozinhas, por sexo e por grupos etários e percentual de pessoas morando sozinhas em cada grupo etário, Brasil: 2001 e 2009

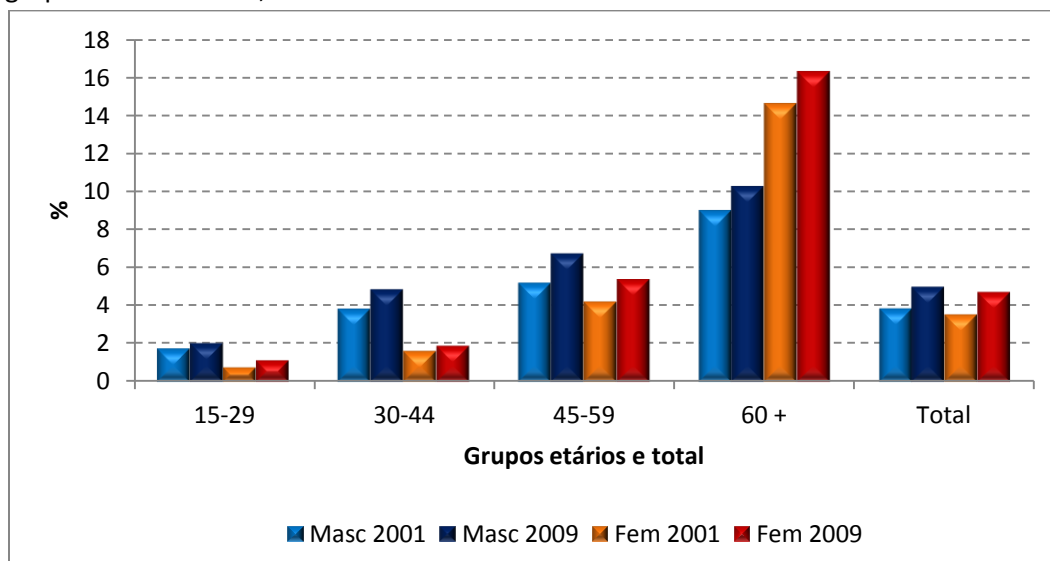
2001	População			2001	População		
	Masc	Masc	%		Fem	Fem	%
15-29	23.298.283	406.468	1,74	15-29	23.951.643	183.213	0,76
30-44	17.617.140	671.528	3,81	30-44	19.019.188	309.541	1,63
45-59	10.766.326	556.800	5,17	45-59	12.003.913	505.972	4,22
60 +	6.842.339	610.670	8,92	60 +	8.626.046	1.258.520	14,59
Total	58.524.088	2.245.466	3,84	Total	63.600.790	2.257.246	3,55

2009	População			2009	População		
	Masc	Masc	%		Fem	Fem	%
15-29	24.868.668	506.297	2,04	15-29	25.038.380	286.262	1,14
30-44	20.231.823	978.364	4,84	30-44	22.003.236	419.656	1,91
45-59	14.791.661	993.401	6,72	45-59	16.715.303	902.210	5,40
60 +	9.614.645	983.437	10,23	60 +	12.121.659	1.975.364	16,30
Total	69.506.797	3.461.499	4,98	Total	75.878.578	3.583.492	4,72

Fonte: PNADs 2001 e 2009, do IBGE

O gráfico 13 mostra que o percentual de homens e mulheres morando sozinhos cresceu em todos os grupos etários entre 2001 e 2009. Nos grupos 15-29, 30-44 e 45-59 predominam os homens morando sozinhos, mas entre os idosos (60 anos e +) as mulheres morando sozinhas suplantam os homens em grande proporção.

Gráfico 13: Percentagem da população masculina e feminina de 15 anos e mais de idade morando sozinhas, por grupos etários e total, Brasil: 2001 e 2009



Fonte: PNADs 2001 e 2009, do IBGE

A menor proporção de pessoas morando sozinhas está no grupo 15-29 anos, sendo 2,04% para os homens e 1,14% para as mulheres. Isto ocorre porque nesta idade grande parte dos jovens estão ou estudando ou

iniciando sua vida produtiva e ainda não possuem recursos financeiros para montar uma residência própria. Contudo, foi nesta faixa etária que houve o maior aumento proporcional de mulheres morando sozinhas entre 2001 e 2009. Enquanto a população feminina passou de 23,95 milhões para 25,04 milhões (aumento de somente 4,5%), o número de mulheres entre 15 e 29 anos morando sozinhas passou de 183 mil, em 2001, para 286 mil, em 2009, crescimento de 56,2% no período.

A maior proporção de pessoas idosas morando sozinhas se deve mais a fatores ligados à fatalidade (morte de um dos cônjuges). Mas jovens e adultos morando sozinhos se deve mais a fatores ligados às oportunidades de estudo, trabalho e lazer. No passado, os homens morando sozinhos predominavam na quase totalidade sobre as mulheres em domicílios unipessoais nos grupos jovens e adultos. Porém, nos últimos anos tem crescido o número de mulheres jovens morando sozinhas devido às oportunidades de estudo, trabalho e lazer. O Brasil caminha para maior igualdade de gênero na opção de morar sozinho, especialmente entre os grupos jovens.

As famílias conviventes no Brasil

As famílias conviventes são aquelas, com grau de parentesco ou não, que convivem em um mesmo domicílio tendo uma mesma chefia do domicílio, mas mais de uma chefia da família. O resultado da metodologia de famílias conviventes adotada pelo IBGE provoca um certo inchaço do número de famílias existentes no Brasil, vis-à-vis a outros países do mundo.

Não há dados para 2010 e mesmo quando houver não será totalmente comparável. Porém, utilizando dados de 2000, a tabela 4 mostra que no ano 2000 foram recenseadas 48,3 milhões de famílias, sendo 42,1 milhões de famílias únicas, 6,1 milhões de famílias conviventes, sendo 2,89 milhões de famílias principais e o mesmo número de segundas famílias, 299 mil terceiras famílias, 39 mil quartas famílias e , existiam no Brasil 3,4 milhões de famílias conviventes, sendo 2,89 milhões de famílias secundárias, 298 mil famílias terciárias, 299 mil quartas família e 6.269 quinta ou mais famílias conviventes.

Tabela 9: Total de famílias e famílias conviventes - Brasil - 2000

Tipo de Família	Número abs	%
Total	48.262.786	100
Única	42.128.907	87,29
Convivente	6.133.879	12,71
Principal	2.894.522	6
Segunda	2.894.522	6
Terceira	299.298	0,62
Quarta	39.270	0,08
Quinta ou +	6.269	0,01

Fonte: Censo demográfico 2000

Se o IBGE adotasse a metodologia indicada pela ONU (mostrada anteriormente neste texto), assim com fazem outros institutos de pesquisa, essas famílias conviventes desapareceriam e teríamos, ao invés de 6,1 milhões de

famílias conviventes, apenas 2,89 milhões de famílias, isto é, o número de famílias coincidiria com o número de domicílios e o Brasil não apresentaria um “excesso” de famílias em relação aos domicílios.

O procedimento metodológico tem a vantagem de propiciar um desmembramento das famílias que possuem várias gerações de parentes, tanto em termos horizontais como verticais. Contudo, é preciso ter cuidado no momento da análise dos dados e, especialmente, quanto se quer comparar dados internacionais. A tabela 10 mostra os tipos de arranjos familiares nos três tipos de famílias conviventes (principal, secundária e terciária). Nota-se que, na família principal, predomina o casal com ou sem filhos, mas sem parentes e sem agregados, isto é, a típica família nuclear. Em seguida, vem a pessoa responsável (mãe ou pai) com filhos e, também, sem parentes ou agregados.

Tabela 10: Tipos de arranjos familiares segundo os tipos de família – Domicílios particulares permanentes com famílias conviventes - Brasil – 2000

Tipo de arranjo familiar	Família principal	%	Segunda família	%	Terceira família	%
Casal: com filho(s), sem parente(s) e sem agregado(s)	1.123.694	38,90	816.159	28,25	78.120	26,18
Casal: com filho(s), com parente(s) e sem agregado(s)	186.709	6,46	35.879	1,24	2.628	0,88
Casal: com filho(s), sem parente(s) e com agregado(s)	11.428	0,40	3.637	0,13	672	0,23
Casal: com filho(s), com parente(s) e com agregado(s)	3.731	0,13	300	0,01	64	0,02
Casal: sem filho(s), sem parente(s) e sem agregado(s)	441.704	15,29	447.019	15,47	37.704	12,64
Casal: sem filho(s), com parente(s) e sem agregado(s)	73.210	2,53	102.766	3,56	2.850	0,96
Casal: sem filho(s), sem parente(s) e com agregado(s)	3.571	0,12	2.221	0,08	268	0,09
Casal: sem filho(s), com parente(s) e com agregado(s)	1.257	0,04	448	0,02	39	0,01
Pessoa responsável: com filho(s), sem parente(s) e sem agregado(s)	708.967	24,54	1.251.551	43,33	158.378	53,08
Pessoa responsável: com filho(s), com parente(s) e sem agregado(s)	151.925	5,26	53.538	1,85	5.348	1,79
Pessoa responsável: com filho(s), sem parente(s) e com agregado(s)	7.634	0,26	3.781	0,13	861	0,29
Pessoa responsável: com filho(s), com parente(s) e com agregado(s)	3.141	0,11	576	0,02	72	0,02
Pessoa responsável: sem filho(s), sem parente(s) e sem agregado(s)	3.472	0,12	569	0,02	64	0,02
Pessoa responsável: sem filho(s), com parente(s) e sem agregado(s)	160.352	5,55	165.888	5,74	10.891	3,65
Pessoa responsável: sem filho(s), sem parente(s) e com agregado(s)	5.931	0,21	3.396	0,12	304	0,10
Pessoa responsável: sem filho(s), com parente(s) e com agregado(s)	1.981	0,07	979	0,03	94	0,03
Total de domicílios	2.888.707	100,0	2.888.707	100,0	298.354	100,0
Agrupamento						
Total núcleo duplo	1.845.305	63,88	1.408.429	48,76	122.343	41,01
Total núcleo individual	1.043.402	36,12	1.480.279	51,24	176.011	58,99
Núcleo duplo com filho	1.325.562	45,89	855.974	29,63	81.483	27,31
Núcleo duplo sem filho	519.743	17,99	552.455	19,12	40.860	13,70
Núcleo individual com filho	871.667	30,17	1.309.446	45,33	164.658	55,19
Núcleo individual sem filho	171.735	5,95	170.832	5,91	11.353	3,81

Fonte: microdados do censo 2000 do IBGE

No primeiro caso temos o núcleo duplo (casal) e no segundo caso o núcleo individual. O percentual de famílias principais com a presença de parentes chega a 20%, mas o percentual com agregados ficou apenas em 1,3%.

Portanto, quase dois terços das famílias principais é composta por famílias nucleares com núcleo duplo e cerca de três quartos dessas famílias contam com filhos.

Na segunda família, ao contrário da primeira, predomina o arranjo com núcleo individual, especialmente aqueles com filhos. Os arranjos com parentes caem para 12,5% e aqueles com agregados para apenas 0,5%. Trata-se, também, de famílias nucleares. As características encontradas na segunda família são ainda mais acentuadas na terceira, já que o núcleo individual ultrapassa os 50% e a presença de filhos ultrapassa os 80%. Trata-se, pois, de famílias nucleares com predominância de núcleo individual com filhos. Na terceira família a presença de parentes fica em apenas 7,4% e de agregados em menos de 1%. Assim, os dados sugerem que o fenômeno da convivência refere-se a famílias estendidas, isto é, famílias multigeracionais (pais, filhos, netos) ou famílias estendidas horizontais que são aquelas que contam com algum parente do responsável (ou do cônjuge) do domicílio (irmão, tio, primo, etc.).

A tabela 11 mostra o sexo do responsável de cada família e ajuda a esclarecer a formação desses tipos de arranjos. Existe um padrão bem definido: predominam os homens entre os responsáveis pela família quando existe um núcleo duplo (casal) e predominam as mulheres quando o núcleo não conta com a presença do cônjuge. Desta maneira, fica claro que a maioria dos responsáveis pelas segundas e terceiras famílias são mulheres, especialmente aquelas com filhos.

Os dados tabulados mostram que nesses casos predominam as famílias com filhos menores de 14 anos. Esse conjunto de fatos sugerem a existência de uma estratégia de sobrevivência que adota a família estendida como forma de convivência entre parentes em um mesmo domicílio.

Tabela 11: Sexo do responsável pela família segundo o arranjo familiar Domicílios particulares permanentes com famílias conviventes - Brasil – 2000

Tipo de núcleo do arranjo familiar	Família principal		Segunda família		Terceira família	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Total núcleo duplo	92,07	14,52	89,41	7,90	85,20	8,56
Núcleo duplo com filho	66,04	10,60	54,02	5,12	56,20	6,10
Núcleo duplo sem filho	26,03	3,92	35,39	2,78	29,00	2,46
Total núcleo individual	7,93	85,48	10,59	92,10	14,80	91,44
Núcleo individual com filho	5,39	73,59	8,74	82,10	12,06	86,85
Núcleo individual sem filho	2,55	11,89	1,85	10,00	2,74	4,59

Fonte: microdados do censo 2000 do IBGE

Os dados da tabela 12 reforçam o argumento de que as famílias conviventes são melhor definidas como famílias estendidas. Observa-se que existe uma relação filial com o responsável pelo domicílio (que também é o responsável pela primeira família) para cerca de dois terços dos responsáveis pelas segundas e terceiras famílias. Em seguida predominam as relações com outros parentes. A relação de Pai, mãe e sogro(a), com o responsável pelo domicílio, atinge 4,5% para a segunda família e apenas 1,4% na terceira família. A relação de Neto(a) ou bisneto(a), com o responsável pelo domicílio, fica em torno de 5% tanto na segunda quanto na terceira família.

Quando os responsáveis pelas segundas e terceiras famílias são agregados, pensionistas, empregados ou parentes de empregados em relação com o responsável do domicílio não chega a 2% em ambos os casos. Portanto, prevalecem as relações entre parentes, próprias de uma família estendida.

Tabela 12: Relação do responsável da família com o responsável pelo domicílio, Domicílios com famílias conviventes - Brasil – 2000

Parentesco	Segunda família		Terceira família	
Filho(a), enteado(a)	1.869.230	64,71	200.696	67,27
Pai, mãe, sogro(a)	130.831	4,53	4.258	1,43
Neto(a), bisneto(a)	30.814	1,07	12.663	4,24
Irmão, irmã	144.418	5,00	15.656	5,25
Outro parente	658.674	22,80	59.518	19,95
Agregado(a)	30.917	1,07	3.517	1,18
Pensionista	7.240	0,25	855	0,29
Empregado(a) doméstico(a)	16.180	0,56	1.179	0,40
Parente do empregado doméstico(a)	405	0,01	13	0,00
Total de domicílios	2.888.707	100,00	298.354	100,00

Fonte: microdados do censo 2000 do IBGE

A tabela 13 mostra a distribuição dos domicílios brasileiros e das famílias segundo grupos de renda em salários mínimos (SM). Nota-se que apenas 1,6% dos domicílios não tinham qualquer renda (renda zero). Provavelmente, esses moradores devem receber apoio de outras pessoas (parentes ou não) ou instituições governamentais ou religiosas, o que não é contabilizado de maneira formal, mas faz parte de um “contrato familiar informal” (Goldani, 2004) ou como apoio social. Cerca de 30% dos domicílios possuem renda até 3 salários mínimos e 70% possuem renda superior a 3 salários mínimos.

Tabela 13: Distribuição dos domicílios segundo grupos de renda para o total do domicílio e para os responsáveis pelas famílias – Domicílios com famílias conviventes - Brasil - 2000

Grupos de rendimento em salário mínimo (SM)	Renda total do domicílio		Renda do responsável da família principal		Renda do responsável da segunda família		Renda do responsável da terceira família	
		%		%		%		%
Zero	46.733	1,62	339.002	11,74	912.923	31,60	116.442	39,03
Até 1 SM	167.265	5,79	847.848	29,35	654.495	22,66	72.790	24,40
1-2 SM	315.862	10,93	583.284	20,19	608.830	21,08	59.493	19,94
2-3 SM	355.140	12,29	316.148	10,94	272.586	9,44	22.596	7,57
3-5 SM	605.606	20,96	336.605	11,65	235.960	8,17	16.559	5,55
5-10 SM	780.505	27,02	294.044	10,18	150.994	5,23	8.204	2,75
10 ou + SM	617.597	21,38	171.776	5,95	52.920	1,83	2.271	0,76
Total	2.888.707	100,00	2.888.707	100,00	2.888.707	100,00	298.354	100,00

Fonte: microdados do censo 2000 do IBGE

Analisando-se a renda dos responsáveis das famílias percebe-se que existe uma distribuição diferente, já que o rendimento do responsável da segunda família é menor do que a da família principal e o rendimento do responsável da terceira família é menor do que o da segunda. Observa-se que enquanto somente 1,6% dos domicílios não tinham qualquer renda a proporção de renda zero sobe para 11,7% para os responsáveis da primeira família, 31,6% dos responsáveis pela segunda família e 39% dos responsáveis pela terceira família. A despeito de somente 30% dos domicílios terem renda inferior a 3 salários mínimos, essa proporção sobe para 72% dos responsáveis pela primeira família, 85% da segunda e 91% da terceira família.

Esses dados reforçam a perspectiva de que a família estendida é uma forma de estratégia de sobrevivência, cujo arranjo familiar conjunto eleva o nível de renda do domicílio e garante a ajuda mútua entre os diversos moradores, em sua grande maioria parentes, que convivem em uma moradia ao invés de se dividir em famílias nucleares em diferentes domicílios.

Desta forma, o percentual de pobres cresce na medida em que aumenta a subdivisão da unidade familiar domiciliar. Mas, até que ponto essa subdivisão é “natural” ou artificial? Segundo análise de Alves e Cavenaghi (2005), a maioria das famílias secundárias e terciárias são compostas por uma mulher - geralmente filha do responsável pelo domicílio - com um ou mais filhos. Trata-se, pois, do fenômeno de filhas solteiras ou separadas que moram com os pais. Outro grande percentual de famílias secundárias e terciárias é composto de casais, com ou sem filhos, que moram com os pais.

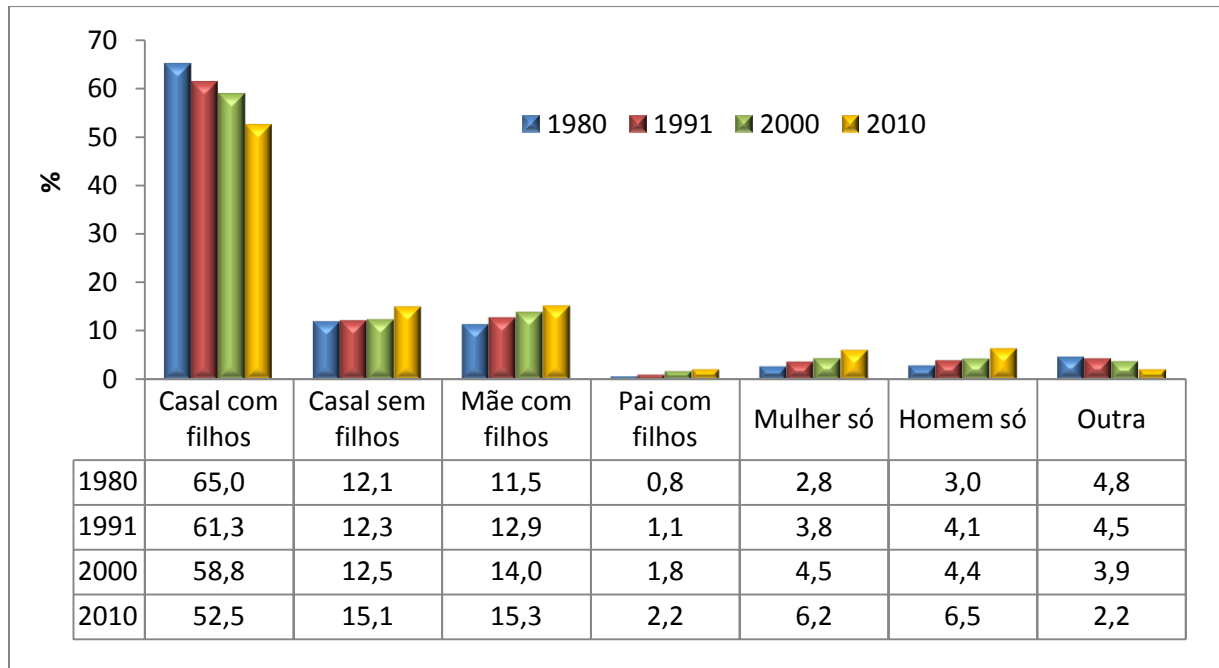
Mudanças nos arranjos familiares

Juntamente com com a transição urbana, a transição demográfica e a transição na estrutura etária, o Brasil também está passando por uma mudança na estrutura familiar. Como vimos os domicílios apresentam menor densidade demográfica e as famílias estão ficando menores. Mas além disto, as famílias estão ficando diferentes e mais diversificadas. O gráfico 14 mostra as principais formas de família (medidas pelos arranjos domiciliares). Nota-se que os casais com filhos que eram quase 65% em 1980 caiu, para 61,3% em 1991, 58,8% em 2000 e chegou a 52,5% em 2010. Ou seja, o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares. Isto devido à queda da fecundidade, ao maior número de separações e à maior esperança de vida, especialmente das mulheres.

Por outro lado, cresce o arranjo casal sem filhos. Este arranjo não quer dizer que os casais não tiveram filhos. Na verdade este agrupamento reúne os casais que não tiveram filhos com aqueles em que os filhos já cresceram e saíram de casa (ninho vazio). Os casais sem filhos passaram de 12,1% em 1980 para 15,1% em 2010. Outro arranjo que apresentou grande crescimento foi o monoparental feminino, ou seja, o arranjo de mães (solteiras, separadas ou viúvas) com filhos passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010. O arranjo monoparental masculino é muito pequeno mas também apresentou crescimento no período, passando de 0,8% em 1980 para 2,2% em 2010. A categoria Outra (chefes com outros parentes) apresentou redução de 4,8% em 1980 para 2,2% em 2010.

Mas são os domicílios unipessoais que devem apresentar os maiores crescimentos, sendo que mulheres morando sozinhas passou de 2,8% em 1980 para 6,2% em 2010 e os homens morando sozinhos passou de 3% em 1980 para 6,5% em 2010. Como vimos anteriormente, a maior porcentagem de pessoas vivendo sozinhas é encontrada nas idades mais avançadas, especialmente para o caso das mulheres que possuem maior esperança de vida e maior longevidade.

Gráfico 14: Diversificação dos arranjos familiares no Brasil, 1980-2010



Fonte: Censos demográficos de 1980 a 2010, do IBGE

Entre a vasta literatura sobre família, o casal sem filhos é um tipo de arranjo familiar pouco estudado, talvez porque represente um caso muito particular de família que não envolve laços de descendência ou consanguinidade. Ou seja, o tipo de família formada por um casal sem filhos tem como base uma aliança entre duas pessoas que resolvem viver juntas sob o mesmo teto e não fazem do casamento uma atividade procriativa.

Os casais sem filhos podem ser de sexos diferentes (heterossexuais) ou do mesmo sexo (homossexuais). No primeiro caso, podem não ter filhos por opção ou vontade de um ou dos dois parceiros ou por razões involuntárias, como a infertilidade de pelo menos um dos conjuges. Em ambos os casos, os casais podem optar por viverem a dois ao invés de adotarem um filho.

Existem casais sem filhos em que apenas um dos conjuges trabalha ou possui renda própria e existem aqueles em que os dois possuem algum tipo de renda. A literatura americana classifica os casais que não têm filhos e ambos têm renda própria como DINK – *Double Income, No Kids*. No Brasil, só recentemente passou a existir estudos mais sistemáticos sobre este tipo de arranjo, pois a incidência de casais DINK no país deve crescer com o avanço do processo de transição demográfica, a diversificação dos arranjos familiares, a entrada da mulher no mercado de trabalho e uma maior mobilidade social e espacial das pessoas.

DINC – Duplo Ingresso, Nenhuma Criança – é uma tradução para o português que mantem o mesmo som e uma escrita parecida com o termo DINK, em inglês. O crescimento dos casais sem filhos e em que os dois trabalham tende a crescer, pois com a reversão do fluxo intergeracional de riqueza, a fecundidade – em termos de racionalidade econômica – tende a zero, na medida em que crescem os custos dos filhos e diminuem os seus benefícios.

A tabela 14 mostra o crescimento dos casais DINC, que praticamente dobraram de tamanho em termos absolutos, passando de cerca de 1 milhão para 2 milhões de unidades. Em termos relativos o crescimento foi de 2,7% em 1996 para 3,7% em 2006.

O casal DINC tende a ter maior nível de escolaridade, pois eles podem investir no seu próprio capital humano. Com isto obtém maiores retornos financeiros e, portanto, estes casais tendem a ter renda familiar maior do que a dos demais arranjos familiares. Com maior escolaridade e maior renda, estes casais também tendem a ter maior cobertura previdenciária e maior esperança de vida. Com estas características pessoais, estes casais DINC tendem a ter maior padrão de consumo, melhores condições de moradia e tendem a utilizar mais os serviços de turismo e lazer. São um alvo preferencial para amplos setores dos setores produtivos que veem nestes casais um nicho de mercado muito atraente. Os DINC parecem se adaptar melhor aos novos parâmetros da sociedade pós-moderna fortemente caracterizada pelo hedonismo e o consumismo, com forte predominância dos valores do individualismo.

A tabela 14 também mostra que o grande crescimento dos casais de dupla renda. Isto ocorre devido ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. O maior crescimento ocorreu para os casais de dupla renda com um ou dois filhos. Entre 1996 e 2006 houve redução da participação dos demais casais no total dos arranjos domiciliares.

Tabela 14: Arranjos domiciliares com casais de Dupla Renda (DR) e DINC, Brasil: 1996 e 2006

Arranjos Domiciliares	1996		2006		Variação (%) 2006/1996
	N. abs. (em mil)	%	N. abs. (em mil)	%	
DINC (sem filho)	1.065	2,7	2.010	3,7	88,7
DR com 1 filho	1.999	5	4.292	7,9	114,7
DR com 2 filhos	3.148	7,9	6.531	12	107,5
DR com 3 filhos ou mais	5.584	14,1	9.584	17,6	71,6
Demais casais	17.130	43,1	14.362	26,3	-16,2
Demais arranjos	10.823	27,2	17.830	32,7	64,7
Total de domicílios	39.745	100	54.610	100	37,4

Fonte: PNADs 1996 e 2006, do IBGE

Um fato comum em todas as famílias é a desigual divisão sexual do trabalho no que diz respeito às tarefas reprodutivas (afazeres domésticos). Um fato bastante comum é a chamada “dupla-jornada”. Por trabalharem “fora” e muitas vezes não contarem com o apoio do companheiro nas tarefas domésticas, muitas mulheres são

obrigadas a enfrentar esta situação, o que as autoras também relacionam à questão do baixo rendimento e à falta de iniciativa política:

O artigo de Alves, Cavenaghi, Barros (2010) mostra que as mulheres nos casais DINC, tanto na condição de chefe quanto na condição de cônjuge, conseguem dedicar mais tempo ao trabalho produtivo do que as demais, pois despendem menos tempo com os afazeres domésticos. Tanto pela menor demanda de tempo, por não possuírem filhos para cuidar, quanto pela maior participação do homem nas atividades domésticas. Também o total de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelos casais DINC é visivelmente menor que os demais, aumentando com o número de filhos. E o mais interessante é que, apesar de o número de horas dedicadas pelos homens nos casais DINC ser aparentemente pequeno, como a proporção dos que se dedicam é grande o resultado é que estes homens são responsáveis por cerca de 25% de todo o trabalho doméstico, muito superior à proporção dedicada pelos homens nos demais tipos de família, que não chega a 15% entre os casais sem a Dupla Renda. O artigo ainda mostra que quanto maior o número de filhos menor é o tempo dos cônjuges masculinos dedicado aos afazeres domésticos. Ou seja, o maior número de filhos sobrecarrega sobremaneira as mulheres.

Mudanças nos arranjos familiares no Brasil e regiões, entre 2000 e 2010

As tabelas 15 a 18 mostram os diversos tipos de arranjos domiciliares de forma mais desagregada para os anos de 2000 e 2010 para o Brasil e suas regiões. Os padrões de transformação do processo de mudança na dinâmica familiar são os mesmos já apontados anteriormente.

Tabela 15: Arranjos domiciliares no Brasil e regiões, número absoluto, 2000

Arranjos domiciliares	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	Brasil
Homem sozinho	128.724	478.020	933.347	307.223	182.255	2.029.569
Mulher sozinha	56.662	410.053	1.030.738	372.478	122.121	1.992.052
casal sem filhos	209.886	976.410	2.339.636	939.172	339.023	4.804.128
casal sem filhos e outros	62.485	244.282	311.669	121.928	62.786	803.151
casal com filhos	1.370.871	5.435.286	9.716.572	3.632.595	1.537.538	21.692.291
casal com filhos e outros	461.956	1.456.681	1.819.021	638.491	319.911	4.696.058
Monoparental masculino	38.551	137.016	244.720	76.117	37.805	534.209
Monoparental Masculino/outras	25.697	82.236	121.986	34.054	16.994	280.967
Monoparental feminino	204.925	1.016.995	1.946.554	600.445	288.016	4.056.935
monoparental feminino/outras	175.911	740.419	937.765	255.740	146.303	2.256.138
chefe sem filhos e outros	102.425	470.658	841.700	231.844	125.549	1.772.175
Total de domicílios	2.838.093	11.448.056	20.243.708	7.210.087	3.178.300	44.917.673

Fonte: Censo demográfico 2000

Nota-se que nas regiões onde a queda das taxas de fecundidade aconteceu há mais tempo, Sudeste e Sul, o percentual de casais com filhos (e outras pessoas no domicílio) é maior, enquanto o percentual de casais sem filho e pessoas sozinhas (especialmente mulheres) é menor. Ou seja, a diversidade familiar é maior nas regiões com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A região Nordeste é a que apresenta os maiores percentuais de famílias monoparentais femininas (sem ou com outros parentes e pessoas no domicílio), enquanto a região Sul é aquela que apresenta os menores percentuais de famílias monoparentais femininas.

Tabela 16: Arranjos domiciliares no Brasil e regiões, percentagem, 2000

Arranjos domiciliares	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	Brasil
Homem sozinho	4,5	4,2	4,6	4,3	5,7	4,5
Mulher sozinha	2,0	3,6	5,1	5,2	3,8	4,4
casal sem filhos	7,4	8,5	11,6	13,0	10,7	10,7
casal sem filhos e outros	2,2	2,1	1,5	1,7	2,0	1,8
casal com filhos	48,3	47,5	48,0	50,4	48,4	48,3
casal com filhos e outros	16,3	12,7	9,0	8,9	10,1	10,5
Monoparental masculino	1,4	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2
Monoparental Masculino/outros	0,9	0,7	0,6	0,5	0,5	0,6
Monoparental feminino	7,2	8,9	9,6	8,3	9,1	9,0
monoparental feminino/outros	6,2	6,5	4,6	3,5	4,6	5,0
chefe sem filhos e outros	3,6	4,1	4,2	3,2	4,0	3,9
Total de domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo demográfico 2000

Tabela 17: Arranjos domiciliares no Brasil e regiões, número absoluto, 2010

Arranjos domiciliares	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	Brasil
Homem sozinho	239.295	862.184	1.578.508	521.736	319.742	3.521.465
Mulher sozinha	121.570	701.929	1.689.901	617.942	236.830	3.368.172
casal sem filhos	399.379	1.750.453	3.671.772	1.543.921	632.039	7.997.564
casal sem filhos e outros	10.120	37.592	72.716	31.997	10.976	163.401
casal com filhos	1.650.982	6.153.404	10.119.921	3.664.716	1.743.656	23.330.156
casal com filhos e outros	569.557	1.529.794	1.901.455	662.719	358.488	5.022.016
Monoparental masculino	60.090	191.067	347.345	110.720	56.697	765.920
Monoparental Masculino/outros	44.018	120.610	177.767	51.057	28.688	422.138
Monoparental feminino	289.877	1.418.775	2.437.185	741.241	390.197	5.277.273
monoparental feminino/outros	262.750	974.453	1.211.641	331.360	202.518	2.982.722
chefe sem filhos e outros	62.053	234.803	622.830	175.817	83.809	1.179.312
Total de domicílios	3.709.690	13.975.064	23.831.041	8.453.227	4.063.640	54.030.140

Fonte: Censo demográfico 2010

Tabela 18: Arranjos domiciliares no Brasil e regiões, percentagem, 2010

Arranjos domiciliares	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	Brasil
Homem sozinho	6,5	6,2	6,6	6,2	7,9	6,5
Mulher sozinha	3,3	5,0	7,1	7,3	5,8	6,2
casal sem filhos	10,8	12,5	15,4	18,3	15,6	14,8
casal sem filhos e outros	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3
casal com filhos	44,5	44,0	42,5	43,4	42,9	43,2
casal com filhos e outros	15,4	10,9	8,0	7,8	8,8	9,3
Monoparental masculino	1,6	1,4	1,5	1,3	1,4	1,4
Monoparental Masculino/outros	1,2	0,9	0,7	0,6	0,7	0,8
Monoparental feminino	7,8	10,2	10,2	8,8	9,6	9,8
monoparental feminino/outros	7,1	7,0	5,1	3,9	5,0	5,5
chefe sem filhos e outros	1,7	1,7	2,6	2,1	2,1	2,2
Total de domicílios	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo demográfico 2010

Um caso específico: a “família mosaico”

Como vimos, a família é um núcleo social composto por, no mínimo, duas pessoas ligadas por meio de relações de consanguinidade (parentesco), adoção ou casamento e possui três funções ou dimensões vitais: a) Criar, respeitar ou inovar normas para o casamento e a sexualidade (tabu do incesto, virgindade, monogamia, fidelidade, etc.); b) Garantir a procriação dos filhos e a sucessão de gerações; c) Estabelecer e cumprir normas de convivência pessoais, sociais e econômicas.

De modo geral, pode-se dizer que o “modelo hegemônico” de família nuclear é formado por um homem e uma mulher que se unem em um matrimônio por toda uma vida, com finalidade generativa. O padrão apregoadado de família, neste caso, é o do casal heterossexual, ele mais alto e um pouco mais velho, com maior escolaridade, já com um emprego ou independência financeira e ela mais baixa, mais jovem, com menor escolaridade e voltada para o trabalho de dona de casa ou com emprego extra-doméstico com flexibilidade ou tempo parcial.

Este modelo de família traz embutido uma forte desigualdade de gênero. A menor autonomia das mulheres na família é, geralmente, reforçada pela desigualdade social, em especial, pela baixa taxa de atividade laboral e pela segregação no mercado de trabalho. O menor poder, autoridade e prestígio feminino decorre da desigualdade de acesso e de controle sobre os diversos recursos econômicos, sociais e culturais.

Contudo esta “família padrão” começou a ruir na mesma época do fim da padronização fordista de produção, ou seja, com a revolução sexual dos anos de 1960, com a disponibilidade de métodos contraceptivos, a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho e a aceitação mais geral de novos arranjos familiares.

As transformações sócio-econômicas e as mudanças ideacionais ocorrida nos campos ético, religioso e cultural levaram a uma maior autonomia individual e a uma mudança na relação custo/benefício dos filhos. Houve uma reversão do fluxo intergeracional de riquezas com a conseqüente redução das taxas de fecundidade.

A idade média da primeira relação sexual diminuiu e moças e rapazes passaram a ter relações sexuais com mais frequência antes do casamento. Cresceu o número de filhos nascidos fora do casamento (inclusive a gravidez na adolescência), cresceu o número de separações e divórcios, assim como aumentou a percentagem de uniões consensuais.

Famílias reconstituídas são cada vez mais frequentes no cenário nacional, como por exemplo, famílias em que tanto o marido quanto a esposa trazem para a nova união os filhos de casamentos anteriores, vindo a se somar com novos filhos que surgem do novo enlace. De repente se juntam filhos, enteados, irmãos, madrasta, padrasto, ex-esposo, ex-esposa e avós aos montes.

Dá-se o nome de “família mosaico” ao arranjo familiar em que os filhos do casal compõem um quadro formado por irmãos, meio-irmãos e não-irmãos, pois os filhos de união (ou uniões) anteriores do marido e da esposa não são irmãos, mas ambos são meio-irmãos dos novos filhos do casal. Desta forma, nem todos os membros da família mosaico são parentes entre si, mas todos tem um grau de parentesco com a prole resultante da união do casal reconstituído.

A família mosaico é apenas mais um tipo de arranjo familiar e/ou doméstico dentre o leque de arranjos possíveis em uma sociedade cada vez mais marcada pela pluralidade e por dinâmicas inovadoras e fora do modelo padrão.

Considerações finais

O censo demográfico 2010, do IBGE, apresenta o retrato mais amplo e atualizado das grandes transformações da economia brasileira. Os dados mostram que o Brasil está cada vez mais urbano, feminino, mestiço, envelhecido, próspero (com mais pessoas na classe média) e com maior diversificação familiar. A expectativa de vida média da população brasileira mais do que dobrou no século XX, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para 69 anos em 2000 e cerca de 73 anos em 2010, devendo chegar entre 75 e 76 anos em 2020. Os brasileiros vivem mais e buscam meios para conquistar diversos tipos de seguros contra os riscos inerentes à maior longevidade e para proteger o crescente patrimônio. A família extensa cede espaço para a família nuclear e com alta mobilidade social. Com o aumento do custo e a diminuição dos benefícios, os filhos deixam de ser um seguro para os pais na velhice. Os casais passam a contar menos com os descendentes e mais com o sistema (público e privado) de proteção social na aposentadoria e na cobertura de riscos. Menores taxas de fecundidade provocam mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa, o que reduz a razão de dependência demográfica. Desta forma, a transição demográfica, ao provocar uma mudança na estrutura etária, abre uma janela de oportunidade ou bônus demográfico que favorece a mobilidade social ascendente. Haverá no Brasil, ainda nos próximos quinze anos, uma elevada proporção de pessoas em idade adulta que devem reforçar a tendência de crescimento econômico, aumentando as taxas de poupança e o investimento nos diversos segmentos da economia.

Tem ampliado o número de novos consumidores com o crescimento das classes A, B e C, além do aumento da economia formal. Isto afeta o mercado de consumo de várias maneiras. Entender os padrões de consumo por classe e por famílias é fundamental para as estratégias de marketing e para a customização dos produtos na sociedade de massas.

Neste quadro de mudanças econômicas e sociais, existe um processo de diversificação das famílias brasileiras e uma mudança quantitativa e qualitativa dos arranjos domiciliares. Este relatório buscou apresentar as macro-transições em andamento na sociedade brasileira, dando destaque para as mudanças gerais na dinâmica dos domicílios e das famílias, inclusive em nível regional. Estudos mais detalhados podem mostrar como estas mudanças acontecem em nível local e/ou para subpopulações e segmentos populacionais específicos.

Bibliografia

ALVES, J. E. D., CAVENAGHI, Suzana M. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia In: Demografia dos negócios ed. Campinas : ABEP, 2006, v.3, p. 257-286.

ALVES, J. E. D., CAVENAGHI, Suzana, Barros, LFW. A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas. Textos para Discussão, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. , v.30, p.1 - 34, 2010.

BARBOSA, R.; KOYAMA, M. A. H. Comportamento e práticas sexuais de homens e mulheres. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v 42, suplemento 1, p. 21-33, junho 2008.

BRUSCHINI, M. Cristina. Uma abordagem sociológica da família. ABEP, São Paulo, REBEP, v. 6, n.1, jan/jun, 1989, p. 1-24.

GOLDANI, A.M. Contratos intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, A.A (org). Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro, IPEA, pp 211-250, 2004

IBGE, Censos demográficos e PNADs, diversos anos.

_____. Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980-2050. Revisão 2008. Estudos e Pesquisas DPE, IBGE, n. 24, 2008.

LESTHAEGHE, Ron, NEIDERT, Lisa The Second Demographic Transition in the United States: exception or textbook example? PDR: 32 (4), Washington, 2006.

LEVY STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. Ed. Vozes, RJ, 1982.

UNITED NATIONS (ONU), Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses Revision 1, 1998, pp: 65-68.

VAN DE KAA, D. J. Europe's Second Demographic Transition, Population Bulletin 42(1), Washington, PRB, 1987.